2010

VICTORIA Seguros de Vida, S.A.

Relatório e Contas 2010

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador ERGO.

VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

2010

Relatório e Contas

81.º ano de actividade da

VICTORIA em Portugal

Relatório e Contas aprovadas em AG a 25 de Março de 2011

Índice

4 Órgãos Sociais

6 Relatório do Conselho de Administração

10 Balanço em 31.12.10 e 31.12.09

12 Demonstração dos Resultados em 31.12.10 e 31.12.09

14 Demonstração do Rendimento Integral em 31.12.10 e 31.12.09

15 Demonstrações de Fluxo de Caixa em 31.12.10 e 31.12.09

16 Demonstração de Variações do Capital Próprio em 31.12.10 e 31.12.09

18 Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

90 Certificação Legal de Contas

92 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Órgãos Sociais - VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro
Presidente

J. A. Pinto Ribeiro & Associados, Sociedade Advogados
(representada por Diogo Pereira Duarte)
Secretário

Conselho de Administração

Bernd Knof
Presidente

Thomas Hans Schirmer
Vice-Presidente

Patrick Schwarz
Administrador Delegado

Donald Gambardella
Vogal

Francisco Campilho
Vogal

Órgãos Sociais - VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

Conselho Fiscal

João de Lara Everard
Presidente

José António Almaça
Vogal

Luís Henriques
Suplente

Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados – S.R.O.C., S.A.
(representada por Ana Dourado)

Jean-éric Gaing
Suplente

Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2010.

1.1 Actividade da Empresa

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. explora em Portugal todas as modalidades de seguro de vida, nomeadamente os produtos tradicionais, produtos financeiros, planos de poupança reforma, rendas e todas as formas de planos de previdência.

Assume ainda, no âmbito da legislação aplicável, a gestão de fundos de pensões. O resseguro aceite não é explorado pela VICTORIA.

1.2 Prémios

O volume de prémios brutos emitidos atingiu 36.663.014 Euros (2009: 38.508.286 Euros) evidenciando um decréscimo de 4,8% (2009: 9,1%). Relativamente aos contratos de investimento, a receita processada, que corresponde às entregas (prémios) efectuadas pelos tomadores de seguro, registou um crescimento de 16,7% (2009: quebra de 16,5%) situando-se em 5.720.229 Euros (2009: 4.900.366 Euros).

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento foi assim de 42.383.243 Euros (2009: 43.408.653 Euros) registando-se assim uma quebra de 2,4% (2009: 10,0%).

1.3 Custos com Sinistros

Os custos com sinistros situaram-se em 33.188.327 Euros (2009: 33.269.323 Euros), evidenciando uma ligeira quebra de 0,2% (2009: crescimento de 13,5%), tendo-se registado um aumento de vencimentos de 26,4% (2009: 7,1%) e de capitais por morte e invalidez de 15,5% (2009: queda de 26,9%). Os resgates tiveram uma redução de 22,4% (2009: aumento de 38,4%).

1.4 Resseguro Cedido

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, em Munique a Swiss Re, em Zurique, a John Hancock, em Boston, a General Re, a Nacional de Reaseguros, e a Scor Global Life Ibérica, em Madrid. Continuamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

1.5 Custos de exploração líquidos

Os custos de exploração líquidos situaram-se em 9.160.775 Euros (2009: 10.747.864 Euros).

1.6 Investimentos

A carteira de investimentos atingiu, no final de 2010, um montante de 312.671.418 Euros (2009: 340.959.011 Euros). Numa conjuntura de baixas taxas de juro, os proveitos de investimentos atingiram 9.211.665 Euros (2009: 10.706.325 Euros).

Relatório do Conselho de Administração

1.7 Fundos de Pensões

O volume de activos de Fundos de Pensões sob gestão atingiu em 2010 um montante de 26.134.378 Euros (2009: 24.956.434 Euros).

1.8 Margem de Solvência

A Margem de Solvência evidencia um rácio de cobertura de 1,43 (2009: 1,94) na sequência do pagamento em Abril e Dezembro de 2010 de dividendos no montante total de 8.500.000 Euros.

1.9 Governo da Sociedade

A estrutura e o montante da remuneração dos membros dos órgãos de administração são definidos pela comissão de vencimentos que é presidida por um representante do accionista único do grupo em Portugal, a sociedade ERGO International AG. Tendo em conta o desenvolvimento da carteira da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. foi decidido que, partilhando com as restantes empresas do grupo em Portugal os mesmos titulares de órgãos de administração, estes apenas são remunerados na sociedade VICTORIA - Seguros, S.A.

No que se refere ao órgão de fiscalização, a remuneração dos membros do Conselho fiscal consiste numa quantia fixa determinada em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

Quadro 1 - (Unidade: Euros)

			2010	2009
Conselho de Administração				
Administrador-Delegado	Patrick Schwarz	Outras remunerações		
		Bónus Anual		
Administrador	Francisco Campilho	Outras remunerações		
		Bónus Anual		
Conselho Fiscal			**6.000**	**6.000**
Presidente	João Lara	Outras remunerações		
Vogal	Fernando Gaspar	Outras remunerações	3.000	3.000
Vogal	José Almaça	Outras remunerações	3.000	3.000

1.10 Outras informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

1.11 Ligações de grupo, recursos comuns

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador ERGO com sede social em Duesseldorf, R.F.A. Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso accionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efectuada na base de critérios objectivos, observando a natureza e o fim da despesa.

1.12 Resultado do exercício e proposta da sua aplicação

O resultado da conta técnico do seguro de vida é de 648.948 Euros (1.030.244 Euros). O resultado do exercício, após constituição da provisão para IRC e atribuição à Provisão para Participação nos Resultados, é de 1.141.377 Euros (2009: 812.057 Euros). Propomos que após a dotação de 114.138 Euros à reserva legal, o remanescente de 1.027.239 Euros seja levado a resultados transitados.

1.13 Consolidação de resultados

As nossas contas são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A..

O relatório consolidado contém informações mais detalhadas acerca da actividade das empresas do grupo.

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador ERGO, R.F.A. e na Muenchener Rueckversicherungs-Gesellschaft, R.F.A, são também elaboradas contas em conformidade com as NIC e de acordo com o Manual de Contabilidade IFRS do Grupo Munich Re.

1.14 Previsões para 2011

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento em Janeiro de 2011 atingiu 4.090.499 Euros (2010: 4.353.934 Euros).

1.15 Considerações finais

Queremos agradecer ao Accionista e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração. Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA pelo seu empenhamento, indispensável para a concretização do nosso projecto.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração

Balanço em 31.12.10 e 31.12.09

(Unidade: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ACTIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	12.657.290	-	12.657.290	8.252.565
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-
3	Activos financeiros detidos para negociação	216.345	-	216.345	424.218
4	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	73.971.185	-	73.971.185	72.313.811
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
5	Activos disponíveis para venda	185.565.715	342.403	185.223.312	186.193.539
	Empréstimos e contas a receber	12.457.290	-	12.457.290	46.191.226
	Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-	-
6	Outros depósitos	6.828.617	-	6.828.617	40.029.398
6	Empréstimos concedidos	5.628.673	-	5.628.673	6.161.828
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	Terrenos e edíficios	28.090.192	16.976	28.073.216	28.090.192
2	Terrenos e edíficios de uso próprio	1.979.800	16.976	1.962.824	1.979.800
2	Terrenos e edíficios de rendimento	26.110.392	-	26.110.392	26.110.392
8	Outros activos tangíveis	4.606.381	4.050.624	555.757	697.487
	Inventários	56.108	-	56.108	67.624
	Goodwill	-	-	-	-
9	Outros activos intangíveis	4.825.607	4.155.194	670.413	946.296
	Provisões técnicas de resseguro cedido	87.308	-	87.308	9.332
	Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
13	Provisão para sinistros	87.308	-	87.308	9.332
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	
	Outras provisões técnicas	-	-	-	
11	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	814.256	-	814.256	563.979
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.424.914	404.577	3.020.337	3.745.899
10	Contas a receber por operações de seguro directo	1.783.617	183.002	1.600.615	2.438.648
10	Contas a receber por outras operações de resseguro	465.766	-	465.766	311.872
10	Contas a receber por outras operações	1.175.531	221.575	953.956	995.379
	Activos por impostos	819.897	-	819.897	658.868
	Activos por impostos correntes	-	-	-	-
12	Activos por impostos diferidos	819.897	-	819.897	658.868
16	Acréscimos e diferimentos	56.087	-	56.087	63.707
	Outros elementos do activo	-	-	-	-
	Activos não correntes detidos para venda e uindades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ACTIVO	**327.648.575**	**8.969.774**	**318.678.801**	**348.218.743**

Balanço em 31.12.10 e 31.12.09

(Unidade: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
	Provisões técnicas	212.169.144	218.156.573
13	Provisão para prémios não adquiridos	1.091.963	1.242.492
13	Provisão matemática do ramo vida	195.128.909	199.794.524
13	Provisão para sinistros	6.109.955	5.851.161
13	De vida	6.109.955	5.851.161
	De acidentes de trabalho	-	-
	De outros ramos	-	-
13	Provisão para participação nos resultados	7.422.847	9.086.215
13	Provisão para compromissos de taxa	2.415.470	2.182.181
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
14	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	78.890.225	91.499.132
	Outros passivos financeiros	-	-
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
11	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	110.728	110.294
	Outros credores por operações de seguros e outras operações	3.527.380	3.647.731
15	Contas a pagar por operações de seguro directo	260.260	624.464
15	Contas a pagar por outras operações de resseguro	102.090	192.699
15	Contas a pagar por outras operações	3.165.030	2.830.568
	Passivos por impostos	232.217	1.190.145
12	Passivos por impostos correntes	232.217	1.190.145
12	Passivos por impostos diferidos	-	-
16	Acréscimos e diferimentos	1.090.105	1.257.822
29	Outras Provisões	1.207.293	1.619.712
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	**297.227.092**	**317.481.409**
	CAPITAL PRÓPRIO		
17	Capital	8.500.000	8.500.000
	(Acções Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	-	-
	Reservas de reavaliação	1.128.277	3.955.937
17	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	80.057	3.071.662
17	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	1.048.220	884.275
	Por revalorização de activos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros activos tangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
17	Reserva por impostos diferidos	(298.993)	(1.048.323)
	Outras Reservas	10.981.048	12.023.019
18	Reserva legal	2.090.117	2.008.911
	Reserva estatutária	-	-
17	Prémios de emissão	2.500.000	2.500.000
	Outras reservas	6.390.931	7.514.108
	Resultados Transitados	-	6.494.644
	Resultado do exercício	1.141.377	812.057
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	**21.451.709**	**30.737.334**
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	**318.678.801**	**348.218.743**

Demonstração dos Resultados em 31.12.10 e 31.12.09

(Unidade: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	33.905.090	-	33.905.090	35.617.439
21	Prémios brutos emitidos	36.663.014	-	36.663.014	38.508.286
	Prémios de resseguro cedido	(2.912.682)	-	(2.912.682)	(3.209.298)
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	154.758	-	154.758	318.451
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	-	-	-
22	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	1.208.152	-	1.208.152	1.287.124
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(32.791.360)	-	(32.791.360)	(32.961.544)
	Montantes pagos	(32.610.542)	-	(32.610.542)	(32.663.208)
	Montantes brutos	(32.929.533)	-	(32.929.533)	(32.978.503)
	Parte dos resseguradores	318.991	-	318.991	315.295
	Provisão para sinistros (variação)	(180.818)	-	(180.818)	(298.336)
	Montantes brutos	(258.794)	-	(258.794)	(290.820)
	Parte dos resseguradores	77.976	-	77.976	(7.516)
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(233.289)	-	(233.289)	(656.448)
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	5.674.253	-	5.674.253	4.606.326
	Montantes brutos	5.674.253	-	5.674.253	4.685.506
	Parte dos resseguradores	-	-	-	(79.180)
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(2.128.497)	-	(2.128.497)	(3.124.161)
	Custos e gastos de exploração líquidos	(9.160.775)	-	(9.160.775)	(10.747.864)
	Custos de aquisição	(3.174.664)	-	(3.174.664)	(4.050.548)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(624.414)	-	(624.414)	(809.308)
	Gastos administrativos	(6.392.570)	-	(6.392.570)	(7.188.979)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	1.030.873	-	1.030.873	1.300.971
	Rendimentos	8.656.698	258.728	8.915.426	10.862.559
23	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	7.785.370	-	7.785.370	8.959.027
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
23	Outros	871.328	258.728	1.130.056	1.903.532
	Gastos financeiros	(772.621)	(23.251)	(795.872)	(654.452)
24	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
24	Outros	(772.621)	(23.251)	(795.872)	(654.452)
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(16.400)	(112)	(16.512)	(224.097)
25	De activos disponíveis para venda	(16.400)	(112)	(16.512)	(222.697)
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	(1.400)

Demonstração dos Resultados em 31.12.10 e 31.12.09

(Unidade: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	
26	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	475.246	475.246	267.752
26	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(3.697.250)	-	(3.697.250)	(3.085.260)
	Diferenças de câmbio	-	-	-	-
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(51.056)	-	(51.056)	(291.347)
27	De activos disponíveis para venda	(51.056)	-	(51.056)	(291.347)
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
28	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	56.003	-	56.003	46.061
29	Outras provisões (variação)		(85.166)	(85.166)	131.726
30	Outros rendimentos/gastos		492.655	492.655	(167.638)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	**648.948**	**1.118.100**	**1.767.048**	**906.176**
12	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	(931.447)	516.965
12	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	305.776	(611.084)
	RESULTADO LÍQUIDO DO IMPOSTOS	**648.948**	**1.118.100**	**1.141.377**	**812.057**

RESULTADO POR ACÇÃO	**0,67**	**0,48**

Demonstração do Rendimento Integral em 31.12.10 e 31.12.09

	2010	2009
Resultado líquido do exercício	1.141.377	812.057
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponiveis para venda	(3.662.417)	4.281.622
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edíficios de uso próprio	-	449.416
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")	834.757	(1.044.462)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	749.330	(1.191.973)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidas	151.328	161.411
Impostos diferidos e correntes decorrentes dos ganhos e perdas actuariais	-	48.855
Total do rendimento integral	**(758.625)**	**3.516.926**

Demonstração de Fluxo de Caixa em 31.12.10 e 31.12.09

Demonstração de Fluxos de Caixa	2010	2009
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Resultado do exercício	1.141.377	812.057
Depreciações e amortizações do exercício	488.590	682.124
Variação das provisões técnicas relativas aos contratos de seguros	(5.987.429)	(1.848.354)
Variação das provisões técnicas relativas aos contratos de investimento	(12.608.907)	(6.259.852)
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	(77.976)	86.697
Imparidade de activos líquida de reversões e recuperações	51.056	291.347
Variação de outras provisões	(412.419)	(142.638)
Variação de activos e passivos financeiros detidos para negociação	207.873	90.021
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	725.562	1.185.790
Variação de outros activos e passivos por impostos	(369.627)	(1.890.335)
Variação de outros activos e passivos	(94.668)	(59.338)
Variação de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	(120.351)	195.365
	(17.056.919)	(597.264)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Variação nos activos financeiros ao justo valor através de ganhos perdas	(1.657.374)	7.665.569
Variação nos activos financeiros disponíveis para venda	(2.072.434)	19.728.525
Variação de empréstimos e contas a receber	533.155	(5.018.583)
Variação em outros depósitos	33.200.781	(10.044.617)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(42.484)	(365.522)
Alienações de activos tangíveis e intangíveis	-	(446.934)
	29.961.644	5.258.586
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Aumento / (diminuição) em:		
Empréstimos subordinados	-	-
Empréstimos bancários	-	-
Distribuição de dividendos	(8.500.000)	(2.670.611)
	(8.500.000)	(2.670.611)
Variação líquida em caixa e equivalentes	4.404.725	1.990.711
Caixa e equivalentes no início do período	8.252.565	6.261.854
Caixa e equivalentes no fim do período	12.657.290	8.252.565
Empréstimos bancários	(8.500.000)	(2.670.611)
Distribuição de dividendos	(8.500.000)	(2.670.611)
Variação líquida em caixa e equivalentes	4.404.725	1.990.711
Caixa e equivalentes no início do período	8.252.565	6.261.854
Caixa e equivalentes no fim do período	12.657.290	8.252.565

Demonstração de Variações do Capital Próprio em 31.12.10 e 31.12.09

		Reservas de reavaliação			Outras Reservas					
Demonstração de variações do Capital Próprio	**Capital Social**	**Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda**	**Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio**	**Reserva por impostos diferidos**	**Reserva Legal**	**Prémios de emissão**	**Outras Reservas**	**Resultados transitados**	**Resultado do Exercício**	**Total**
Balanço a 31 de Dezembro 2008	**8.500.000**	**(544.473)**	**813.834**	**143.650**	**1.712.176**	**2.500.000**	**7.303.842**	**6.494.644**	**2.967.345**	**29.891.018**
Correcções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanço de abertura alterado	**8.500.000**	**(544.473)**	**813.834**	**143.650**	**1.712.176**	**2.500.000**	**7.303.842**	**6.494.644**	**2.967.345**	**29.891.018**
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponiveis para venda	-	4.281.622	-	-	-	-	-	-	-	4.281.622
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edíficios de uso próprio	-	-	449.416	-	-	-	-	-	-	449.416
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")	-	(665.487)	(378.975)	-	-	-	-	-	-	(1.044.462)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(1.191.973)	-	-	-	-	-	(1.191.973)
Aumento de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	296.735	-	-	-	(296.735)	-
Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.670.610)	(2.670.610)
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	210.266	-	-	210.266
Total das variações do capital próprio	**-**	**3.616.135**	**70.441**	**(1.191.973)**	**296.735**	**-**	**210.266**	**-**	**(2.967.345)**	**34.259**
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	812.057	812.057
Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanço a 31 de Dezembro 2009	**8.500.000**	**3.071.662**	**884.275**	**(1.048.323)**	**2.008.911**	**2.500.000**	**7.514.108**	**6.494.644**	**812.057**	**30.737.334**

Demonstração de Variações do Capital Próprio em 31.12.10 e 31.12.09

		Reservas de reavaliação			Outras Reservas					
Demonstração de variações do Capital Próprio	**Capital Social**	**Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda**	**Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio**	**Reserva por impostos diferidos**	**Reserva Legal**	**Prémios de emissão**	**Outras Reservas**	**Resultados transitados**	**Resultado do Exercício**	**Total**
Correcções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanço de abertura alterado	**8.500.000**	**3.071.662**	**884.275**	**(1.048.323)**	**2.008.911**	**2.500.000**	**7.514.108**	**6.494.644**	**812.057**	**30.737.334**
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponiveis para venda	-	(3.662.417)	-	-	-	-	-	-	-	(3.662.417)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edíficios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")	-	670.812	163.945	-	-	-	-	-	-	834.757
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	749.330	-	-	-	-	-	749.330
Aumento de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	81.206	-	-	-	(81.206)	-
Distribuição de reservas (ver nota 17)	-	-	-	-	-	-	(1.274.505)	-	-	(1.274.505)
Distribuição de lucros/prejuízos (ver nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	(6.494.644)	(730.851)	(7.225.495)
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	151.328	-	-	151.328
Total das variações do capital próprio	**-**	**(2.991.605)**	**163.945**	**749.330**	**81.206**	**-**	**(1.123.177)**	**(6.494.644)**	**(812.057)**	**(10.427.002)**
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.141.377	1.141.377
Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanço a 31 de Dezembro 2010	**8.500.000**	**80.057**	**1.048.220**	**(298.993)**	**2.090.117**	**2.500.000**	**6.390.931**	**-**	**1.141.377**	**21.451.709**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

ÍNDICE

I) Introdução

II) Informação por Segmentos

III) Políticas Contabilísticas

IV) Gestão de Riscos

V) Notas ao Balanço

- NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
- NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
- NOTA 3 – Activos financeiros detidos para negociação
- NOTA 4 – Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
- NOTA 5 – Activos disponíveis para venda
- NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber
- NOTA 7 – Afectação dos Investimentos
- NOTA 8 – Outros activos tangíveis e Inventários
- NOTA 9 – Outros activos intangíveis
- NOTA 10 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 11 – Activos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
- NOTA 12 – Activos e Passivos por impostos
- NOTA 13 – Provisões Técnicas
- NOTA 14 – Passivos Financeiros de contratos de investimento
- NOTA 15 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 16 – Acréscimos e Diferimentos
- NOTA 17 – Capital Próprio
- NOTA 18 – Reserva Legal
- NOTA 19 – Transacções entre partes relacionadas
- NOTA 20 – Elementos extra patrimoniais

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

VI) Notas à Conta de Ganhos e Perdas

- NOTA 21 – Prémios de contratos de seguro
- NOTA 22 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento
- NOTA 23 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 24 – Gastos Financeiros
- NOTA 25 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 26 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados
- NOTA 27 – Perdas de Imparidades
- NOTA 28 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 29 – Outras Provisões
- NOTA 30 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 31 – Gastos diversos por função
- NOTA 32 – Gastos com o pessoal

VII) Justo Valor de activos e passivos financeiros

VIII) Normas Contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

IX) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

I – Introdução

O Ramo Vida é explorado pela VICTORIA desde 1930, altura em que foi criada em Portugal a VICTORIA - Sociedade Anónima de Seguros de Vida, agência geral da seguradora alemã.

Em 1992, e resultante da transformação da agência geral em sociedade de direito português, surge a actual VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada no país através de 21 delegações.

Actualmente apresenta um capital social de 8.500.000 Euros, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objecto social o desenvolvimento da actividade de seguro e resseguro do Ramo Vida, sendo, no entanto, o resseguro activo não explorado pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

As notas às contas respeitam as exigências de informação estabelecidas no Plano de Contas para o Sector Segurador, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de Abril com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de Dezembro.

II - Informação por Segmentos

Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, foi definido tendo em consideração a desagregação existente, por aplicação da IFRS 4 e da IAS 39, para os produtos comercializados pela Companhia. Assim, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, temos:

Quadro 2 - (Unidade: Euros)

RELATÓRIO POR SEGMENTOS	2010		2009	
	Contrato Seguros	Contrato Investimentos	Contrato Seguros	Contrato Investimentos
Prémios brutos emitidos	36.663.014	-	38.508.286	-
Prémios de resseguro cedido	(2.912.682)	-	(3.209.298)	-
Prémios brutos adquiridos	36.817.772	-	38.826.737	-
Comissões cobradas de contratos	-	1.208.152	-	1.287.124
Resultados dos investimentos	7.018.278	(2.898.907)	5.394.969	1.568.342
Custos com sinistros brutos	(33.188.327)	-	33.269.323	-
Custos de exploração brutos	(9.463.003)	(728.645)	10.224.306	(817.348)
Resultado técnico	3.068.349	(2.419.401)	3.207.972	(946.855)
Activos afectos à representação das provisões técnicas	227.120.667	78.890.225	240.771.925	91.499.132
Provisões técnicas	212.169.144	78.890.225	218.156.573	91.499.132

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

III – Políticas Contabilísticas

- Bases de apresentação

No âmbito do disposto da Norma Regulamentar nº 4/07, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com um novo regime (Novo Plano de Contas para Empresas de Seguros ("PCES 07")), com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de Dezembro, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") adoptadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com excepção do IFRS 4, norma relevante para os contratos de seguros. A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4, que tendo um carácter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros em vigor que acolhe o regime dos IFRS adoptados pela União Europeia até 31 de Dezembro de 2009, com excepção do IFRS 4 em que apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 28 de Fevereiro de 2011.

Em 2010 a Companhia adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2010. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto VIII. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A apresentação das Demonstrações Financeiras e as respectivas notas às contas, respeitam as exigências de informação estabelecidas na IAS 1, bem como a informação requerida pelo órgão de supervisão, através do Plano de Contas para o Sector Segurador, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de Abril com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e pela Norma n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

- Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

- Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas do ISP. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros.

De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Os contratos de seguros que revestem a natureza de produtos financeiros são considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. Desta forma, todos os movimentos de entradas e saídas, são registados na rubrica Passivos Financeiros e aplicam-se as regras da IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Para os contratos de seguros enquadrados pela IFRS 4, e uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respectiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Empresa realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

(i) Provisão matemática

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objectivo registar o valor actuarial das responsabilidades futuras da Empresa, após dedução do valor actuarial dos prémios futuros relativamente à apólices emitidas, e são calculadas com base em métodos actuariais enquadrados no normativo do Instituto de Seguros de Portugal. As provisões matemáticas são zillmerizadas.

Adicionalmente, são efectuados a cada data de reporte, testes à adequação das responsabilidades, descontando a projecção dos *cashflows* futuros associados aos contratos. Qualquer deficiência determinada é registada por contrapartida de resultados.

(ii) Provisão para prémios não adquiridos

De acordo com o disposto no decreto-lei 94-B/98, de 17 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo decreto-lei 8-A/2002, de 11 de Janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro temporário anual renovável em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método "pro-rata temporis" por cada contrato em vigor.

(iii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como se segue:

- a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e

- pela provisão genérica de 6% do valor dos custos com sinistros do exercício, exceptuando vencimentos, resgates e as importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

(iv) Provisão para Participação nos Resultados

A provisão para participação nos resultados é relativa aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos pela inclusão nas Provisões Matemáticas.

(v) Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

(vi) Comissões de mediação

As comissões de mediação são a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respectivos recibos de prémios.

- Terrenos e edifícios

Os investimentos em terrenos e edifícios a Companhia adoptou a politica do Grupo e são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afectas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efectuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adoptada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os factores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais factores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objecto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

- Activos financeiros

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;

- Activos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;

- Activos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados. Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

Empréstimos concedidos e contas a receber. Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Aquisições e alienações de activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e de activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria. As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Activos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. não procedeu à reclassificação de quaisquer activos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da imparidade nos activos disponíveis para venda, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no activo, deve ser sempre contabilizada daí em diante:

I - Acções e Fundos de Acções cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Acções e Fundos de Acções, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos activos potencialmente sujeitos a Imparidade:

a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;

b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objectiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objectiva pode ser descrita como:

a) Significativa dificuldade financeira do Emitente

b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital

c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente

d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira

e) Desaparecimento de um mercado activo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras

f) Outros factores

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

- Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objectivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fracção por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, a Norma nº16/2006-R vem, e no cumprimento da referida legislação, clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

- Activos Intangíveis

Os activos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição.

As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa nos 3 anos.

- Activos Tangíveis

As imobilizações corpóreas são contabilizadas ao respectivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo 12,5%
- Máquinas e ferramentas.....12,5% a 25%
- Equipamento informático .....25% e 33%
- Instalações interiores.....10% a 16,66%

A avaliação efectuada para determinação da existência de imparidade nos activos tangíveis e intangíveis é efectuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do activo. Dependendo dos casos, o procedimento adoptado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

- Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

- Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

- Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

- Benefícios aos empregados

Plano de contribuição definida

Para todos os colaboradores admitidos após 22 de Junho de 1995, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. efectua um conjunto de contribuições mensais que são registadas de acordo com a especialização dos exercícios.

Plano de benefício definido

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.. assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)".

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do "unwiding" dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Os ganhos e perdas actuariais diferidos determinados anualmente são reconhecidos em reservas.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo. Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

- Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

- Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

- Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;

- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

- Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

- Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

- Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

- Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no activo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I - Acções e Fundos de Acções cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Acções e Fundos de Acções, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos activos potencialmente sujeitos a Imparidade:

a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;

b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objectiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objectiva pode ser descrita como:

a) Significativa dificuldade financeira do Emitente

b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital

c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente

d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira

e) Desaparecimento de um mercado activo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras

f) Outros factores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

- Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

- Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

- Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática, provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV – Gestão de Riscos

Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

Estas perdas podem resultar de diversos factores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarifação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros;
- De alterações nos riscos mais significativos como o risco biométrico (que inclui o risco de mortalidade, de longevidade e o risco de morbilidade), o risco de taxa de juro, o risco de descontinuidade, o risco de despesas e o risco de catástrofe.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

O acompanhamento dos riscos associados aos processos de subscrição, de desenho e tarifação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros é efectuado no âmbito do Sistema de Controlo Interno através do registo dos controlos que lhes estão associados e da sua monitorização. Esta monitorização é efectuada mediante a revisão periódica do desenho dos controlos implementados e de testes de eficácia no âmbito de auditorias internas.

Existe também uma base de dados onde são registados os eventos que tenham características de falhas.

Políticas de subscrição

As políticas de subscrição estão enquadradas dentro das directrizes globais de gestão da Companhia, nomeadamente em matéria de gestão do risco segurável sendo revistas conjuntamente com o Gabinete de Gestão de Riscos e Actuariado. Têm forçosamente em conta diversos indicadores estatísticos da carteira existente bem como os do mercado procurando adequar o preço praticado ao risco transferido.

Tarifação

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. procura adequar os prémios praticados ao risco segurável de forma a obter um resultado positivo depois de deduzidos os custos com sinistros e com o capital.

A adequabilidade do *pricing* é testada por ferramentas, quer *à priori* (Ex: Profit Testing) quer *à posteriori* (Ex: Market Consistent Embedded Value). Entre os vários factores influenciadores do preço destacam-se os custos estimados com sinistros e o timing em que os mesmos ocorrem, custos associados à sua comercialização, evolução do mercado de capitais, requisitos para cumprimento da margem de solvência, rentabilidade dos produtos e condições de oferta do mercado segurador para produtos equivalentes.

Provisionamento

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prémios, excepto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias. A adequação destas provisões às responsabilidades assumidas é revista numa base anual, através da realização de um teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test - LAT). Este teste é efectuado de acordo com as disposições do IFRS e permite verificar se existem provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor. A implementação de acções correctivas em resultado deste teste é imediatamente reconhecida e registada.

Resseguro

Numa óptica de redução da exposição ao risco, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. possui uma política de resseguro clara e rigorosa, que lhe permite a cedência de parte dos riscos por si assumidos.

As principais resseguradoras com quem a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. manteve contratos de resseguro em 2009 foram a Munich Re e a Scor Global Life. Como membro do International Group Program (IGP) a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. tem, ainda um acordo de resseguro com o John Hancock (gestor do IGP).

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

O resseguro existente na Companhia tem por base os tratados de resseguro resumidos no quadro seguinte:

Quadro 3 - (Unidade: milhares de Euros)

Ramo	Tipo de Resseguro	Retenção	Limite de cobertura
Vida Individual	Surplus	150	1.150
Vida Grupo	Surplus	200	1.200
Vida Individual/Grupo (catástrofe)	Excess of Loss	600	7.800

No quadro abaixo, encontram-se os prémios de seguro directo e de resseguro:

Quadro 4 - (Unidade: milhares de Euros)

Ramo	Prémios 2010			Prémios 2009		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total liquido Resseguro	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total liquido Resseguro
Vida Individual	23.542	273	23.269	24.646	281	24.365
Vida Grupo	13.121	2.640	10.481	13.863	2.928	10.934
TOTAL	**36.663**	**2.913**	**33.750**	**38.508**	**3.209**	**35.299**

Obs.: Estes valores não incluem contratos de Investimento classificados de acordo com o Novo Planos de Contas das Empresas de Seguros.

Riscos Biométricos

O risco de longevidade decorre da incerteza quanto ao impacto nos valores da seguradora de um aumento na esperança de vida dos segurados, sendo este impacto mais relevante em seguros de rendas vitalícias.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade e tem impacto em seguros que garantem um capital em caso de morte. Ainda de referir neste contexto o risco de invalidez, o qual está associado aos custos com sinistros provenientes das coberturas de invalidez.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Estes riscos têm comportamentos opostos pelo que o grau de exposição está dependente do tipo de contratos que constituem a carteira da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A..

Quadro 5

Produtos	Características	Riscos
Seguros de Risco	Beneficio em caso de morte	**Aumento da Mortalidade**
	Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Crescimento dos custos com sinistros
Mistos	Beneficio em caso de morte	**Aumento da Mortalidade**
	Beneficio em caso de vida	Crescimento dos custos com sinistros
	Sem possibilidade de ajustamento do prémio	
Rendas	Beneficio em caso de vida	**Aumento da longevidade**
		Aumento da duração dos pagamentos
Invalidez	Beneficio em caso de invalidez	Aumento das taxas de invalidez
		Crescimento dos custos com sinistros

A carteira de Vida, essencialmente composta por seguros mistos e seguros de risco com uma forte componente de seguros complementares de invalidez, está por este motivo mais exposta aos riscos de mortalidade e de invalidez.

A avaliação da exposição da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. aos riscos biométricos é efectuada através da utilização de pressupostos de mortalidade baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da Companhia e de dados de mercado. Este acompanhamento é efectuado com periodicidade anual.

A sensibilidade da carteira a este risco é medida através da projecção de *cash-flows* futuros utilizando o modelo interno de apuramento do *Market Consistent Embedded Value* (quadro 8).

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Os pressupostos de mortalidade usados foram os seguintes:

Quadro 6

Pressupostos de mortalidade	2010	
	Tábua	% q_x
Risco		
Com participação nos resultados	PM 60/64	25%
Sem participação nos resultados	GKM 80	25%
Financeiros	PM 60/64	25%
Rendas	DAV 94 RM	110%

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro está relacionado com a sensibilidade dos activos e passivos a alterações da estrutura a prazo das taxas de juro. Consiste, por um lado, no risco proveniente de alterações na taxa de juro, com impacto no desconto das provisões para benefícios futuros, e por outro lado, no risco da taxa de juro garantida, associado ao retorno dos activos relativamente aos compromissos de taxa de juro dos contratos.

Para monitorizar este risco, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. efectua com uma periodicidade anual o teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test - LAT), cujos valores referentes aos exercícios de 2010 e 2009 constam no quadro seguinte:

Quadro 7 - (Unidade: milhares de Euros)

Produtos	Provisão Adicional 2010	Provisão Adicional 2009
Mistos Individual	-	-
Temporários Individual	-	-
Mistos Grupo	15	110
Temporário Anual Renovável	-	-
Rendas	-	-
Financeiros	6.359	5.511
TOTAL	**6.374**	**5.621**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

O valor apurado foi contabilizado em provisão adicional para garantia de resgate (3.958.488 Euros) e em provisão para compromisso de taxa (2.415.470 Euros). Relativamente ao ano anterior verificou-se um aumento de 752.759 Euros na provisão adicional para garantia de resgate resultante do défice entre as taxas de rendibilidade e as taxas garantidas. A provisão para compromisso de taxa registou um aumento de 233.289 Euros.

A sensibilidade da carteira a este risco é medida através da análise de vários cenários a alterações de variáveis de mercado, utilizando o modelo interno para apuramento do *Market Consistent Embedded Value (quadro 8 e 11).*

Risco de Descontinuidade

O risco de descontinuidade é o risco inerente à cessação do pagamento de prémios, à resolução das apólices ou à transferência de apólices para outras seguradoras. A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras. Para além da monitorização periódica, a sensibilidade da carteira a este risco é medida através do impacto no Market Consistent Embedded Value *(quadro 8)*, decorrente de variações da taxa de resgate prevista *(best estimate)*.

Risco de Despesas

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos da Companhia.

As despesas de exploração, possuem um peso bastante significativo no resultado de uma seguradora. Desta forma a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. possui uma estrutura de custos perfeitamente identificada a qual é tida em conta no *pricing* e provisionamento dos produtos. São também efectuadas análises à sensibilidade da carteira decorrente da variação das despesas de manutenção *(quadro 8)*.

Risco Catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade. Tendo em conta a natureza dos contratos de seguro do ramo vida, a principal fonte de exposição a este risco advêm de aumentos abruptos na mortalidade. Através da celebração de tratados de resseguro, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. limita a sua exposição a este risco.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Medidas para mitigação do Risco específico de Seguros

A mitigação dos riscos biométricos é efectuada através de uma correcta tarifação e da aplicação de uma cuidadosa política de subscrição. O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efectivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efectuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões. A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco de mortalidade através da celebração de tratados de protecção de retenção.

Impacto nos Ganhos e Perdas e no Capital Próprio

As provisões técnicas, bem como os custos de aquisição diferidos são regularmente testados numa base de IFRS 4, de forma a verificar a sua apropriação à realidade da carteira. Nas situações em que os testes demonstram pressupostos actuariais biométricos desajustados, factores de desconto das provisões ou taxas de resgate desalinhados com a realidade actual dos mercados, são realizados ajustes de forma a corrigir os desvios detectados. Os ajustes efectuados, em caso de défice são contabilizados como um custo no resultado.

Impacto quantitativo de alterações nos riscos

Partindo dos ganhos e perdas futuros apurados com base no cálculo do *Market Consistent Embedded Value*, os riscos anteriormente referidos são avaliados através da variação do *Market Consistent Embedded Value* em cenários específicos de *stress test*. Para o negócio vida esta análise abrange a maior parte da carteira (cerca de 98%).

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade do *Market Consistent Embedded Value:*

Quadro 8 - (Unidade: milhares de Euros)

Risco Específico de Seguros	Impacto no Market Consistent Embedded value 31-12-2010		Impacto no Market Consistent Embedded value 31-12-2009	
Análise de Sensibilidades	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Despesas de Manutenção -10%	2.894	9,2%	3.706	8,8%
Taxa de Mortalidade/Morbilidade -5%	1.550	4,9%	2.036	4,8%
Taxa de Mortalidade +5%	(718)	(2,3%)	(895)	(2,1%)
Taxa de Mortalidade (rendas) -5%	(384)	(1,2%)	(347)	(0,8%)
Taxa de Resgate/anulação -10%	1.163	3,7%	1.307	3,1%
Taxa de Resgate/anulação +10%	(935)	(3,0%)	(1.106)	(2,6%)

Através da análise do quadro anterior para o ano de 2010, constata-se que a carteira encontra-se mais exposta aos riscos de Mortalidade/Morbilidade, Despesas e Resgates.

Prestação de informação quantitativa e qualitativa acerca do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos específicos de seguros

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Risco de Investimento

A gestão dos investimentos é efectuada através de mandatos celebrados com a empresa MEAG, pertencente ao grupo MunichRe, e acompanhada por uma equipa local composta por elementos das áreas financeira, técnica e actuarial, responsável pelo desenvolvimento anual da Estratégia de Activos e pelo ALM *Committee* responsável pela reconciliação das várias estratégias de investimento, tendo em conta os compromissos assumidos pela VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. como resultado da estratégia adoptada. Estão também definidos processos de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) por tipo de activos:

Quadro 9 - (Unidade: Euros)

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		4.150.000	4.200.644	4.062.005	103.863
De outros emissores		6.551.222	6.532.579	5.496.728	163.680
Sub-total		10.701.222	10.733.223	9.558.733	267.543
Títulos de rendimento variável					
Acções	349.335	-	539.530	684.697	-
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800	-	2.587.168	3.091.938	-
Sub total	1.033.135	-	3.126.698	3.776.635	-
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública	-	85.545.000	86.728.755	86.250.667	1.258.122
De outros emissores públicos	-	65.000.000	65.257.318	66.108.137	532.286
De outros emissores	-	87.950.000	87.854.747	88.391.901	1.030.776
Sub-total	-	238.495.000	239.840.820	240.750.705	2.821.184
Títulos de rendimento variável					
Unidades de participação em fundos de investimento	37.618	-	1.952.776	2.019.697	-
Outros		5.400.000	170.000	216.345	-
Sub-total	37.618	5.400.000	2.122.776	2.236.042	-
Empréstimos e Contas A Receber					
Empréstimos concedidos	-	-	-	5.628.673	-
Depósitos a Prazo	-	-	-	6.827.406	1.211
Sub-total	-	-	-	12.456.079	1.211
TOTAL GERAL	**1.070.753**	**254.596.222**	**255.823.517**	**268.778.194**	**3.089.938**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os *ratings*:

Quadro 10 - (Unidade: Euros)

Rating Médio	2010	2009
AAA	116.597.971	125.298.779
AA	98.248.992	126.500.112
A	40.836.650	37.789.879
BBB	2.610.346	3.725.176
BB	1.932.822	-
NR	5.628.673	6.603.011
Instrumentos Representativos de Capital	6.012.678	5.205.837
TOTAL	**271.868.132**	**305.122.794**

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos activos financeiros:

Quadro 11 - (Unidade: Euros)

Maturidades	2010	2009
1 a 2 anos	146.529.349	183.463.212
3 a 5 anos	54.624.145	59.132.679
6 a 10 anos	59.559.097	54.054.057
> 10 anos	5.142.863	3.267.010
Instrumentos Representativos de Capital	6.012.678	5.205.836
TOTAL GERAL	**271.868.132**	**305.122.794**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os sectores de actividade:

Quadro 12 - (Unidade: Euros)

Sectores	2010	2009
ABS	2.150.916	2.086.047
Dívida Soberana	151.152.834	134.568.997
Financeiro	113.236.401	163.306.305
Fundo Acções	394.459	219.331
Fundo Imobiliário	4.472.256	4.500.931
Fundo Obrigações	203.090	-
Fundos Monetário	27.721	-
Outros Fundos	14.110	-
Tecnológico	-	16.965
Instrumentos Derivados	216.345	424.218
TOTAL GERAL	**271.868.132**	**305.122.794**

Para o apuramento do justo valor dos activos mobiliários, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. adoptou dois critérios distintos. No que diz respeito aos activos mobiliários de rendimento fixo, o valor justo foi apurado através da oferta de mercado divulgada pelo sistema Bloomberg.

O Risco de Investimento é composto pelos seguintes riscos:

Risco de Mercado

O risco de mercado resulta da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das acções.

O risco de mercado encontra-se estritamente relacionado com o risco de *mismatching* entre os activos e os passivos. De facto tendo em conta a natureza do negócio vida, onde grande parte dos contratos são de médio e longo prazo, é bastante importante que os activos afectos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor.

Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transacções financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, co-seguradoras e resseguradoras.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

O risco de crédito na VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. é essencialmente relevante no que concerne às suas transacções financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos activos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transacções financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. neste contexto baseia-se em critérios de *ratings* de elevada qualidade. Em 2010 as principais resseguradoras com as quais a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. celebrou tratados de resseguro tinham uma notação de *rating* AA⁻-e A segundo a Standard&Poor's.

Em 2010 a crise de crédito dos países europeus denominados periféricos agravou-se. O alargamento dos *spreads* de Dívida Pública acentuou-se e obrigou a Grécia e a Irlanda a recorrerem ao programa de apoio da União Europeia e FMI destinado a ajudar os países europeus com dificuldades de financiamento. A qualidade da carteira de crédito é excelente, uma vez que 75,1% da carteira possui notação de crédito igual AA. A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos era de 26,7 milhões de euros (11,6% da carteira de investimentos) com a seguinte distribuição: Itália: 7,4%; Espanha: 1,8%; Portugal: 1,2%; Irlanda: 0,7%; Grécia: 0,5%;

Risco spread e Risco de Liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a actividade seguradora pode afectar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros activos.

A gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM (Asset Liability Management) e definição da política de investimentos.

De acordo com os *cash-flows* operacionais estimados 2011 a companhia deverá fazer face a saídas líquidas superiores a 10 milhões de euros. Os activos financeiros existentes no final de 2010, quer através de amortizações de títulos e quer através do pagamento de juros deverão gerar um fluxo de caixa superior a 53 milhões de euros. Desta forma, existe um desvio positivo de cerca de 42 milhões de euros.

Análise ALM para cash-flows em 2011

Quadro 13 - (Unidade: Euros)

Cash-flows do Activo	
Amortizações	45.850.000,00
Juros	7.494.539,21
TOTAL	**53.344.539,21**
Cash-flows do Passivo	
Prémios (negócio existente)	32.660.581,29
Prémios (negócio novo)	8.698.016,34
Outros CF positivos	1.233.410,68
Reembolsos	37.702.741,87
Outros CF negativos	15.734.989,35
TOTAL	**10.845.722,92**
Mismatch Cash-flows activo / passivo	**42.498.816,29**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

No que se refere à estratégia de investimento, o ano de 2010 voltou a demonstrar que o risco de liquidez está intimamente ligado ao risco de crédito e que em momentos de maior volatilidade apenas os mercados de activos de baixo risco continuam a transaccionar com níveis aceitáveis de liquidez.

Em 2010 e para continuar a garantir que as necessidades operacionais de liquidez da companhia podem em qualquer momento ser satisfeitas, o investimento em títulos de Dívida Pública manteve-se em níveis elevados (91,6 milhões de euros, representando 30,6% da carteira de investimento). Destaca-se ainda que cerca de 1/3 destes títulos corresponde a países de menor risco (Alemanha, Holanda, Áustria e França). É de referir ainda que 35% da carteira de investimento possui a mais alta notação de *rating* (AAA).

A companhia detinha ainda um volume importante em Depósitos à Ordem (12,6 milhões de euros) e em Depósitos a Prazo (6,8 milhões de euros).

Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efectuada através de uma correcta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos, permite à VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detectado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da Companhia e quinzenalmente ao nível do grupo ERGO. Estão implementados os seguintes indicadores:

- *"Net loss limit"*: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objectivos de rendimento previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.

- *"Risk-based capital"*: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos activos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso. Este indicador apresentava, no final de 2010, um valor de 13,71 milhões de euros o que significa que a estratégia de investimentos implementada era compatível com a solidez financeira da empresa.

- *"Credit risk"*: este indicador está associado ao risco de *default* da contra-parte, bem como ao risco associado à volatilidade dos preços proveniente da oscilação dos mercados financeiros. Este risco é avaliado através da medida de risco "Credit-Value-at-Risk" (CVaR) e notações de *rating*. O indicador apresentava no encerramento do ano uma perda máxima potencial de 5,3 milhões de euros dentro do intervalo de confiança, o que representa uma desvalorização de 1,5% da carteira de investimentos.

Impacto nos ganhos e perdas e no capital próprio

A solvência da Companhia é influenciada pelo valor dos activos. Atendendo a esta relação, é fundamental analisar a sensibilidade da solvência face a variações adversas no valor dos investimentos. Esta análise foi efectuada através de um teste de limite (*stress test*) para cada classe de activos separadamente.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Sensibilidade a variações nas Taxas de Juro:

A carteira de obrigações da VICTORIA tem uma Duração Modificada Média de 2,33% e representa cerca de 84% do valor da carteira total. Atendendo a que o Excesso de Solvência era a 31 de Dezembro de 2010 de Euros 6.295,709, a VICTORIA teria uma capacidade para acomodar uma subida de 107,94 pontos base nas taxas de juro[1] e consequente impacto no valor dos capitais próprios.

Esta subida nas taxas de juro levaria adicionalmente a uma descida no Resultado do Exercício de Euros 192.694, por via do reconhecimento das valias potenciais nas carteiras contabilizadas pelo critério do justo valor[2].

Sensibilidade a variações no Valor dos Activos Imobiliários:

A VICTORIA detinha a 31 de Dezembro de 2010 uma exposição a esta classe de activos de aproximadamente 11%.

Considerando mais uma vez que o Excesso de Solvência era no final do ano de 6.295.709 Euros, os activos imobiliários poderiam sofrer uma desvalorização máxima de 19,3% para manter a Margem de Solvência positiva.

O peso do investimento da VICTORIA no mercado accionista era inferior a 1% no final do exercício (0,44%). Desta forma, a companhia possuía capacidade para acomodar uma desvalorização total do valor destes activos. Neste cenário o Resultado do Exercício sofreria uma redução de 1.295.955 Euros[3] e o excesso de solvência desceria de 6.295.709 Euros para 4.999.754 Euros.

O investimento da VICTORIA em instrumentos derivados é composto exclusivamente por opções de compra de Swaps de Taxa de Juro e representa 0,07% do valor dos activos. Assim sendo, existe capacidade para acomodar uma desvalorização total do valor destes activos. Neste cenário o Resultado do Exercício sofreria uma redução de 216.345 Euros e o excesso de solvência desceria para 6.079.364 Euros.

---

1 Pressupõe-se uma subida das taxas de juro em todos os prazos da curva de rendimento

2 Carteiras de Produtos Unit-Linked.

3 Nas carteiras Unit-Linked os activos são avaliados ao justo valor, havendo reconhecimento no resultado do exercício das valias potenciais. Nas restantes carteiras, o impacto no resultado existe devido ao reconhecimento de uma imparidade nestes investimentos.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Quadro 14 - (Unidade: Euros)

	Taxa de Juro	Imobiliário	Acções	Derivados
Teste de Sensibilidade:				
Variação subjacente	+ 107,9 *p.b.*	(19,3%)	(100%)	(100%)
Impacto no Valor do Activo	(6.295.709)	(6.295.709)	(1.295.955)	(216.345)
Impacto nos Resultados e Capital:				
Impacto no Resultado Exercício	(192.694)	(425.363)	(1.295.955)	(216.345)
Impacto no Capital Próprio	(6.295.709)	(6.295.709)	(1.295.955)	(216.345)
Excesso Solvência após *Stress Test*	-	-	4.999.495	6.079.364

Obs.: O impacto no Capital Próprio pode existir directamente através do reconhecimento da Reserva de Reavaliação, ou indirectamente pelo Resultado do Exercício;

Margem de Solvência

A Margem de Solvência evidencia um rácio de cobertura de 1,43 (2009: 1,94) na sequência do pagamento em Abril e Dezembro de 2010 de dividendos no montante total de 8.500.000 Euros.

Impacto quantitativo de alterações nos riscos

No quadro seguinte apresenta-se o resultado das análises de sensibilidade efectuadas ao *Market Consistent Embedded Value* de forma a avaliar o risco de investimento:

Quadro 15 - (Unidade: milhares de Euros)

Risco de Investimento	Impacto no Market Consistent Embedded value 31-12-2010		Impacto no Market Consistent Embedded value 31-12-2009	
Análises de Sensibilidade	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Taxa de juro +100 *p.b.*	(191)	(1,5%)	3.675	8,7%
Taxa de juro -100 *p.b.*	(475)	(10,7%)	(4.523)	(10,7%)
Imobiliário e acções -10%	(2.826)	(8,9%)	(3.031)	(7,2%)
Swaption implied volatilities +25%	(404))	(1,3)	(678)	(1,6)
Equity/property implied volatilities +25 %	(8)	(0,02%)	(15)	(0,03%)

Pela análise do quadro anterior, verifica-se que risco com maior impacto no *Market Consistent Embedded Value* provém da variação da taxa de juro e variação no valor do imobiliário.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Risco Operacional

O risco operacional está associado às perdas que resultam do desempenho da actividade diária da empresa de seguros. Para efeito da análise e monitorização, o risco operacional pode ser dividido em duas categorias: risco de evento e risco de negócio.

O **risco de evento** está associado às perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Inclui também o risco de compliance.

A mitigação do risco de evento é efectuada através da definição de processos e de controlos de gestão. Neste sentido a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. procedeu ao levantamento dos processos internos mais relevantes e à identificação dos controlos que lhe estão associados. Esta informação, que se encontra devidamente registada numa base de dados é monitorizada através de acções periódicas efectuadas pela área de controlo interno e pela auditoria interna. A classificação do risco operacional residual de acordo com a sua frequência e severidade é efectuada numa base anual e permite à VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. identificar quais os processos que requerem maior acompanhamento.

No âmbito da gestão do risco operacional foi dada continuidade ao processo de implementação do sistema de recolha de informação sobre riscos operacionais – Registo de Perdas, através de acções de formação *e-learning* a todos os colaboradores da empresa, sessões de esclarecimento às redes de distribuição e uma *workshop* organizada junto dos responsáveis pelos processos.

O **risco de negócio** está associado ao risco de perda devido a mudanças no ambiente estrutural e/ou competitivo. O acompanhamento deste risco, de natureza essencialmente externa, é efectuado trimestralmente através da análise de uma matriz de riscos e reportado à administração.

Assumem, também, especial relevo neste modelo de gestão do risco operacional o acompanhamento de situações de fraude e branqueamento de capitais. Neste sentido, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos em 2008 para acompanhamento de situações de fraude, foi criado o comité Anti-fraude para promover a gestão e desenvolvimento da Política Anti-Fraude a implementar no âmbito do Sistema de Controlo Interno existente nas áreas operacionais. Foi igualmente implementado um registo de ocorrências de suspeitas de fraude. Relativamente ao acompanhamento de situações de Branqueamento de Capitais, foi implementado um sistema de participações de situações que, pela natureza, montante ou características, possam indicar a aplicação de valores provenientes de actividades ilícitas.

Risco de Compliance

O Risco de *Compliance* é definido como o risco da aplicação de sanções, de perdas financeiras ou de dano à reputação da empresa, em consequência de falhas no cumprimento de leis, regulamentos e decisões administrativas. Em 2009 foram instituídos os mecanismos de carácter executivo da função *Compliance* no contexto do grupo ERGO e em consonância com os novos procedimentos de Governação Interna de VICTORIA – Seguros de Vida, S.**A.** Para acompanhamento deste risco, foram estabelecidos procedimentos relativos à implementação de legislação e normativo. Esta temática foi ainda divulgada a todos os colaboradores através de acções de formação *e-learning.*

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

V – Notas ao Balanço

NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

Quadro 16 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
CAIXA E EQUIVALENTES	6.954	6.795
DEPÓSITOS À ORDEM	12.650.336	8.245.770
TOTAL	**12.657.290**	**8.252.565**

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efectuadas directamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem encontram-se reflectidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de 16.380 Euros (2009: 507.756 Euros). A existência destes saldos deve-se ao facto da Companhia ter como principal meio de pagamento o cheque e ao desfasamento do desconto.

NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de amortização são determinadas pelo nº de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efectuadas.

Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor de mercado.

Quadro 17 - (Unidade: Euros)

Edifício	Última avaliação	Valor aquisição	Valor de balanço	Variação Justo Valor	Vida útil
R. Dr. Carlos França 30, Loja -Torres Vedras	2009	269.410	266.000	(1.400)	90
R. Gonçalo Cristóvão 13,1ºDto - Porto	2009	152.931	244.000	10.980	70
Av. Dr. Lourenço Peixinho 246 - Aveiro	2009	288.999	320.000	14.400	55
Av. Alberto Sampaio 60 – Viseu	2009	389.122	368.000	62.400	58
Av. da Liberdade 200 – Lisboa	2009	25.769.867	26.110.392	1.108.010	100
Av. D João II 46 A e B - Setúbal	2009	331.976	371.800	49.010	64
Av. Bernardo Santareno, 37B - Santarém	2009	362.297	410.000	18.450	100
TOTAL		**27.564.602**	**28.090.192**	**1.261.850**	

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

Quadro 18 - (Unidade: Euros)

Terrenos e edifícios	Saldo inicial		Aquisições/ Transferência	Reavaliações	Alienações/ Transferência	Amortizações	Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Amortiz. acum.					
Uso próprio							
Terrenos	754.750	-	-	-	-	-	**754.750**
Edifícios	1.225.050	-	-	-	-	16.976	**1.208.074**
Sub-total	1.979.800	-	-	-	-	16.976	**1.962.824**
Rendimento							
Terrenos	9.791.397	-	-	-	-	-	**9.791.397**
Edifícios	16.318.995	-	-	-	-	-	**16.318.995**
Sub-total	26.110.392	-	-	-	-	-	**26.110.392**
TOTAL	**28.080.192**	**-**	**-**	**-**	**-**	**16.976**	**28.073.216**

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efectuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito. O valor final resultou da ponderação entre os valores obtidos através do modelo de avaliação de rendimento e do modelo dos comparáveis de mercado.

NOTA 3 – Activos financeiros detidos para negociação

Quadro 19 - (Unidade: Euros)

	2010		2009	
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional
Derivados				
Swaptions	216.345	5.400.000	424.218	14.400.000

Os activos financeiros detidos para negociação encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

NOTA 4 – Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

Quadro 20 - (Unidade: Euros)

	2010			2009		
	Custo de aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo de aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço
Instrumentos de capital e Unidade de Participação	2.472.358	(763)	2.471.595	2.390.261	35.364	2.425.625
Títulos de Dívida	71.563.036	(63.446)	71.499.590	69.566.730	321.456	69.888.186
Dívida Pública	13.385.929	(38.918)	13.347.011	19.093.313	146.025	19.239.338
De Outros Em. Públicos	28.094.655	(12.971)	28.081.684	20.098.513	79.320	20.177.833
De Outros Emissores	29.965.861	(11.557)	29.954.304	30.266.995	96.110	30.363.105
Juros a receber	116.591	-	116.591	107.910	-	107.910
TOTAL	**74.035.394**	**(64.209)**	**73.971.185**	**71.956.991**	**356.820**	**72.313.811**

Em 31 de Dezembro de 2010 os activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers' (nível 1 de acordo com o IFRS 7).

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

NOTA 5 – Activos financeiros disponíveis para venda

A carteira de activos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

Quadro 21 - (Unidade: Euros)

	2010				2009			
	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de justo valor	Valor de balanço	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de justo valor	Valor de balanço
Instrumentos de capital e Unid. Participação	3.312.968	(342.403)	354.172	3.324.737	2.997.967	(291.347)	73.592	2.780.212
Títulos de Dívida	182.172.125	-	(273.550)	181.898.575	179.743.880	-	3.669.447	183.413.327
Dívida Pública	77.530.537	-	(564.876)	76.965.661	66.735.698	-	1.399.582	68.135.280
De Outros Emissores Públicos	20.864.054	-	316.778	21.180.832	21.671.521	-	499.572	22.171.093
De Outros Emissores	80.805.398	-	(25.452)	80.779.946	88.318.007	-	1.770.293	90.088.300
Juros a receber	2.972.136	-	-	2.972.136	3.018.654	-	-	3.018.654
TOTAL	**185.485.093**	**(342.403)**	**80.622**	**185.223.312**	**182.741.847**	**(291.347)**	**3.743.039**	**186.193.539**

Dos quais:

Quadro 22 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Nível 1	184.322.270	185.707.963
Nível 2	901.042	485.776
TOTAL	**185.223.312**	**186.193.539**

De acordo com o IFRS 7, os activos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers';

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber

A rubrica é analisada do seguinte modo:

Quadro 23 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Outros depósitos – Depósitos a prazo	6.827.406	40.027.404
Juros a receber	1.211	1.994
Empréstimos concedidos	5.628.673	6.161.828
Empréstimos hipotecários	-	-
Empréstimos sobre apólices	1.128.673	1.140.009
Outros empréstimos	4.500.000	5.021.819
TOTAL	**12.457.290**	**46.191.226**

Os Outros empréstimos, no montante de 4.500.000 Euros, foram concedidos no âmbito de um programa do ERGO Internacional, à entidade Marina Salud.

NOTA 7 – Afectação dos Investimentos

A 31 de Dezembro de 2010 os investimentos, encontram-se afectos da seguinte forma:

Quadro 24 - (Unidade: Euros)

	2010				
	Seguros de Vida com Participação Resultados	Seguros de Vida sem Participação Resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não Afectos	TOTAL
Caixa e equivalentes	7.802.268	-	3.900.451	954.571	12.657.290
Terrenos e Edifícios	26.482.192	-	-	1.608.000	28.090.192
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	216.345	216.345
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	73.971.185	-	73.971.185
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	-	-	2.471.595	-	2.471.595
Títulos de Dívida	-	-	71.499.590	-	71.499.590
Activos disponíveis para venda	155.700.083	24.849.218	-	4.674.011	185.223.312
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	2.628.737	264.640	-	431.360	3.324.737
Títulos de Dívida	153.071.346	24.584.578	-	4.242.651	181.898.575
Empréstimos concedidos e contas a receber	4.810.576	928.265	1.021.672	5.696.777	12.457.290
Depósitos a Prazo	3.725.229	928.265	1.000.058	1.175.065	6.828.617
Empréstimos concedidos	1.085.347	-	21.614	4.521.712	5.628.673
TOTAL	**194.795.119**	**25.777.483**	**78.893.308**	**13.149.704**	**312.615.614**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

NOTA 8 – Outros activos tangíveis e inventários

Os Outros activos tangíveis são analisados como segue:

Quadro 25 - (Unidade: Euros)

OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	(valor líquido)
EQUIPAMENTO									
Equipamento administrativo	2.051.771	(1.855.039)	2.785	-	-	(46.497)	(49.979)	46.497	149.538
Máquinas e ferramentas	242.649	(181.693)	1.782	-	-	(3.602)	(14.492)	3.602	48.246
Equipamento informático	996.873	(878.195)	31.150	-	-	(294.019)	(77.969)	294.019	71.859
Instalações interiores	516.910	(420.773)	14.305	-	-	-	(17.591)	-	92.851
Outro Equipamento	1.048.063	(869.566)	-	-	-	(2.276)	(31.721)	2.276	146.776
Sub-Total	4.856.266	(4.205.266)	50.022	-	-	(346.394)	(191.752)	346.394	509.270
Património Artístico	46.487	-	-	-	-	-	-	-	46.487
TOTAL	**4.902.753**	**(4.205.266)**	**50.022**	**-**	**-**	**(346.394)**	**(191.752)**	**346.394**	**555.757**

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

NOTA 9 – Outros activos intangíveis

A análise é efectuada através do seguinte quadro:

Quadro 26 - (Unidade: Euros)

OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	(valor líquido)
Despesas Aplicações Informáticas	4.193.826	(3.840.417)	-	-	315.139	-	(279.861)	-	388.687
Activos intangíveis em curso	592.887	-	3.978	-	(315.139)	-	-	-	281.726
Outros	34.916	(34.916)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**4.821.629**	**(3.875.333)**	**3.978**	**-**	**-**	**-**	**(279.861)**	**-**	**670.413**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

NOTA 10 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como se segue:

Quadro 27 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Tomadores de seguros	1.346.310	2.484.937
Mediadores de seguros	437.307	494.438
Resseguradores	465.766	311.872
Sub-total	2.249.383	3.291.247
Imparidade	(183.002)	(540.727)
Sub-total	2.066.381	2.750.520
Outros devedores	1.175.531	1.281.104
Imparidade	(221.575)	(285.725)
Sub-total	953.956	995.379
TOTAL	**3.020.337**	**3.745.899**

Em Outros devedores encontra-se incluído o saldo com a VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S. no montante de 285.564 Euros (2009: 360.021 Euros).

O montante registado em imparidade na rubrica Devedores por operações de seguro directo, diz respeito a contratos de seguros com prémios em atraso com mais de 3 meses, sendo esse montante de 362.065 Euros (2009: 853.065 Euros).

NOTA 11 – Activos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da Companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Como Benefícios pós-emprego, e em conformidade com o Contrato Colectivo de Trabalho para a actividade seguradora, a Companhia assume a responsabilidade por pensões complementares de reforma. Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

O saldo da conta apresenta-se da seguinte forma:

Quadro 28 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Benefícios de pós emprego	814.256	563.979
Outros Benefícios de longo prazo	(110.728)	(110.294)
TOTAL	**703.528**	**453.685**

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 32.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

- Plano de Contribuição Definida

Este plano aplica-se a todos os colaboradores a tempo completo ou parcial que façam parte do quadro permanente dos Associados, admitidos na actividade seguradora após 22 de Junho de 1995 e que tenham aderido ao plano. A adesão ao plano implica a realização de uma contribuição mínima mensal de 0,5% do salário efectivo mensal ilíquido. As contribuições mensais efectuadas pelos Associados são as constantes no quadro a seguir indicado:

Quadro 29

Tempo de serviço	Percentagem de contribuição
< 10 anos	1%
>= 10 anos e < 20 anos	1,5%
>= 20 anos	2%

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Os benefícios são pagos através de seguros adquiridos pelo Fundo.

A população abrangida pelo plano de contribuição definida tem as seguintes características:

Quadro 30

	Número	Massa salarial anual (€)	Salário médio anual (€)	Idade média	Antiguidade média elegível
Participantes com idade inferior à idade normal de reforma por velhice	5	127.960	25.592	36	10
Participantes com idade igual ou superior à idade normal de reforma por velhice	-	-			

O veículo de financiamento utilizado para financiar o plano de contribuição definida é o Fundo de Pensões VICTORIA.

A taxa de rendibilidade efectiva dos activos do plano foi de -1,27% em 2010 (2009: 4,16%) e, em 31 de Dezembro de 2010, o justo valor dos activos ascendia a 5.396 Euros (2009: 4.422 Euros).

- Plano de Benefício Definido

Este plano aplica-se a todos os colaboradores dos Associados, quer na situação de activos ou reformados, admitidos na actividade seguradora até 22 de Junho de 1995, e é independente das pensões atribuídas pela Segurança Social. Os benefícios a financiar dizem respeito aos complementos de reforma por invalidez e velhice, previstos no Capítulo V do CCT da Actividade Seguradora. Não existem direitos adquiridos. A partir de 2009 a actualização das pensões passou a ser financiada pelo Fundo e o pagamento dos benefícios será efectuado directamente pelo Fundo. As alterações encontram-se em fase de aprovação pelo ISP.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

A Companhia optou por reconhecimento total e imediato dos ganhos e perdas actuariais por reservas. A população abrangida pelo plano de benefício definido tem as seguintes características:

Quadro 31 - (Unidade: Euros)

	Número	Massa salarial anual (€)	Salário médio anual (€)	Idade média	Antiguidade média elegível
Participantes com idade inferior à idade normal de reforma por velhice	58	1.823.785	31.445	48	23
Participantes com idade igual ou superior à idade normal de reforma por velhice	-	-			

Quadro 24

	Número	Pensão anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	2	2.783 €	1.392 €	65

O número de participantes diminuiu de 68 para 58, devido, essencialmente, a saídas no âmbito de rescisões de contrato. Esta situação tem reflexo ao nível dos rácios de financiamento das responsabilidades, em que o rácio do valor actual das responsabilidades por serviços totais é de 204% (em 2009: 119%).

O veículo de financiamento utilizado para financiar o plano de benefício definido é o Fundo de Pensões VICTORIA. A taxa de rendibilidade efectiva dos activos do plano foi de -1,27% em 2010 (2009: 4,16%).

Os activos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2010 e 2009, são como segue:

Quadro 32 - (Unidade: Euros)

	2010			2009		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidades por benefícios	415.948	1.114.545	1.530.493	684.825	1.045.913	1.730.738
Justo valor dos activos do fundo	1.230.204	1.003.817	2.234.021	1.248.804	935.619	2.184.423
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	**814.256**	**(110.728)**	**703.528**	**563.979**	**(110.294)**	**453.685**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

Quadro 33 - (Unidade: Euros)

	2010			2009		
	Pensões	**Outros**	**Total**	**Pensões**	**Outros**	**Total**
Valor actual da responsabilidade em 01 de Janeiro	684.825	1.045.913	1.730.738	834.974	913.209	1.748.183
Custo do serviço corrente	14.773	4.786	19.559	25.807	4.905	30.712
Custo de juros	34.241	52.296	86.537	48.011	52.509	100.520
(Ganhos) e perdas actuariais	(233.467)	11.550	(221.917)	(223.122)	75.290	(147.832)
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de beneficios por via de saídas antecipadas	(82.270)	-	(82.270)	-	-	-
Benefícios pagos	(2.154)	-	(2.154)	(845)	-	(845)
Valor actual da responsabilidade em 01 de Janeiro	**415.948**	**1.114.545**	**1.530.493**	**684.825**	**1.045.913**	**1.730.738**

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A e da ALICO. A responsabilidade ascende a 469.813 Euros (2009: 487.841 Euros).

A variação dos activos do plano de benefício definido em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como se segue:

Quadro 34 - (Unidade: Euros)

	2010			2009		
	Fundo	**Outros**	**Total**	**Fundo**	**Outros**	**Total**
Activos do plano em 01 de Janeiro	1.248.804	935.619	2.184.423	1.202.466	586.449	1.788.915
Retorno esperado dos activos	15.610	11.696	27.306	23.448	16.890	40.338
Ganhos e (perdas) actuariais	(32.056)	(28.290)	(60.346)	23.735	(4.588)	19.147
Contribuições do empregador	-	84.792	84.792	-	336.868	336.868
Benefícios pagos	(2.154)	-	(2.154)	(845)	-	(845)
Activos do plano em 31 de Dezembro	**1.230.204**	**1.003.817**	**2.234.021**	**1.248.804**	**935.619**	**2.184.423**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Os outros activos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são como segue:

Quadro 35 - (Unidade: Euros)

	2010			2009		
	Pensões	**Outros**	**Total**	**Pensões**	**Outros**	**Total**
Custo do serviço corrente	14.773	4.786	19.559	25.807	4.905	30.712
Custo de juros	34.241	52.296	86.537	48.011	52.509	100.520
Retorno esperado dos activos	(15.610)	(11.696)	(27.306)	(23.448)	(16.890)	(40.338)
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de beneficios por via de saídas antecipadas	(82.270)	-	(82.270)	-	-	-
Ganhos e perdas actuariais	-	(10.242)	(10.242)	-	(5.568)	(5.568)
Total do custo do ano	**(48.866)**	**35.144**	**(13.722)**	**50.370**	**34.956**	**85.326**

O justo valor dos activos que constituem o plano em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

Quadro 36 - (Unidade: Euros)

	2010		2009	
Fundos de Investimento Imobiliários	3,77%	46.426	4,07%	50.857
Fundos de Investimento em Acções	5,62%	69.103	-	-
Acções	-	-	-	-
Fundos de Investimento em Obrigações	2,65%	32.639	7,99%	99.829
Obrigações de Taxa Variável	50,79%	624.840	50,42%	629.686
Obrigações de Taxa Fixa	31,61%	388.846	26,57%	331.847
Mercado Monetário	5,56%	68.350	10,94%	136.585
TOTAL	**100,00%**	**1.230.204**	**100,00%**	**1.248.804**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

O retorno real dos activos do Fundo de Pensões da VICTORIA foi de 16.447 Euros.

Os ganhos e perdas actuariais em 2010 e 2009, são analisados como segue:

Quadro 37 - (Unidade: Euros)

	2010			2009		
	Pensões	**Outros**	**Total**	**Pensões**	**Outros**	**Total**
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 01 de Janeiro	431.214	(85.446)	345.768	184.357	-	184.357
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	233.467	(21.792)	211.675	223.122	(80.858)	142.264
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	(32.057)	(28.290)	(60.347)	23.735	(4.588)	19.147
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de Dezembro	**632.624**	**(135.528)**	**497.096**	**431.214**	**(85.446)**	**345.768**

Para efeitos da determinação do valor actual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

Quadro 38 - (Unidade: Euros)

	2010	**2009**
a) Tábuas de mortalidade		
➢ Tábua de mortalidade período anterior à reforma	TV 88/90	TV 88/90
➢ Tábua de mortalidade período posterior à reforma	TV 88/90	TV 88/90
b) Tábua de invalidez (aplicada à população activa)	1978-SOA Trans. Male	1978-SOA Trans. Male
c) Decrementos utilizados no cálculo da probabilidade dos participantes se encontrarem no activo à idade de reforma por velhice	Nada a mencionar	Nada a mencionar
d) Idade de reforma por velhice		
➢ Activos (excepto um colaborador da VICTORIA -Seguros com reforma diferida)	65 anos	65 anos
➢ Colaborador da VICTORIA -Seguros com reforma diferida	62 anos	62 anos
e) Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
f) Taxa de desconto anual		
➢ Período até à idade de reforma	4,75%	5%
➢ Período após a idade de reforma	4,75%	5%
g) Taxas anuais de		
➢ Crescimento salarial	2%	3%
➢ Crescimento salarial para determinação da pensão dedutível	2%	3%
➢ Crescimento das pensões	1%	1%
➢ Crescimento das prestações de pré-reforma	Nada a mencionar	Nada a mencionar
h) Probabilidade de pré-reforma	0%	0%
i) Encargos rendas vitalícias	0%	0%

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

A contribuição recomendada para a Associada VICTORIA – Seguros de Vida, S.A para o financiamento das responsabilidades do plano de pensões decorrente da avaliação actuarial é de 14.773 Euros e tem uma periodicidade anual.

A evolução das responsabilidades e dos activos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

Quadro 39 - (Unidade: Euros)

	2010	2009	2008	2007	2006
Responsabilidades por benefícios	1.530.493	1.730.738	1.748.183	1.382.761	1.553.594
Justo valor dos activos do fundo	2.234.021	2.184.423	1.788.915	1.730.421	1.655.552
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	**703.528**	**453.685**	**40.732**	**347.660**	**101.958**

NOTA 12 – Activos e Passivos por impostos

A rubrica de Activos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

Quadro 40 - (Unidade: Euros)

	Activos		Passivos		Líquido	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Investimentos Financeiros	423.576	635.365	255.478	369.514	168.098	265.851
Benefícios a empregados	29.058	29.051	46.924	70.386	(17.866)	(41.335)
Provisões	352.816	353.273	-	-	352.816	353.273
Imóveis	127.293	210.479	114.417	129.400	12.876	81.079
Prejuízos Fiscais	303.973	-	-	-	303.973	-
Impostos diferidos activos / (passivos)	**1.236.716**	**1.228.168**	**416.819**	**569.300**	**819.897**	**658.868**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

Quadro 41 - (Unidade: Euros)

	2010			2009		
	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Investimentos Financeiros	90.128	(187.881)	(97.753)	(861.566)	458.555	(403.011)
Benefícios a empregados	23.469	-	23.469	(30.541)	-	(30.541)
Provisões	(457)	-	(457)	(167.193)	-	(167.193)
Imóveis	(111.337)	43.134	(68.203)	448.216	(157.551)	290.665
Prejuízos fiscais	303.973	-	303.973	-	-	-
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	**305.776**	**(144.747)**	**161.029**	**(611.084)**	**301.004**	**(310.080)**

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2010 e 2009 é analisado como segue:

Quadro 42 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Imposto corrente	(931.447)	516.965
Imposto diferido	305.776	(611.084)
Imposto Exercício	**(625.671)**	**(94.119)**

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

Quadro 43 - (Unidade: Euros)

	2010	2009	Variação
Imposto corrente	**(477.090)**	**(1.371.167)**	**894.077**
Investimentos financeiros	146.422	(1.193.956)	1.340.378
Imóveis	(623.512)	(177.211)	(466.301)
Imposto diferido	**178.097**	**322.844**	**(144.747)**
Investimentos financeiros	297.514	480.395	(187.881)
Imóveis	(114.417)	(157.551)	43.134
Total imposto reconhecido reservas	**(298.993)**	**(1.048.323)**	**749.330**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

A reconciliação da taxa efectiva de impostos é analisada como segue:

Quadro 44 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
RESULTADO ANTES IMPOSTO	1.767.048	906.175
Taxa de imposto	26,50%	26,50%
Imposto calculado com base na taxa de imp.	(468.268)	(240.136)
Custos não aceites		
Provisões	(5.567)	(16.037)
Outros	(193.522)	(15.681)
Benefícios fiscais e Outras Correcções		
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46	1.192	850
Excesso de estimativa	-	38.524
Outros	3.123	42.082
Ajustamentos à colecta		
Tributação autónoma	37.370	45.221
Derrama	-	51.058
Imposto do exercício	(625.671)	(94.119)
Taxa de imposto efectiva	35,4%	10,4%

NOTA 13 – Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são analisadas como segue:

Quadro 45 - (Unidade: Euros)

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor de balanço 2010	Valor de balanço 2009
Provisões técnicas de seguro directo	**216.632.174**	**4.463.030**	**212.169.144**	**218.156.573**
Provisão matemática	199.529.427	4.400.518	195.128.909	199.794.524
Prov. prémios não adquiridos	1.154.475	62.512	1.091.963	1.242.492
Provisão para sinistros	6.109.955	-	6.109.955	5.851.161
Provisão participação resultados	7.422.847	-	7.422.847	9.086.215
Provisão para compromissos taxa	2.415.470	-	2.415.470	2.182.181
Provisões técnicas de resseguro cedido	**87.308**	**-**	**87.308**	**9.332**
Provisão matemática	-	-	-	-
Provisão para sinistros	87.308	-	87.308	9.332

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Provisão Matemática

A provisão matemática por modalidade é analisada do seguinte modo:

Quadro 46 - (Unidade: Euros)

Provisão Matemática	2010	2009
Seguros de Vida		
Contratos com participação nos resultados		
Carteira Antiga	51.121	61.912
Carteira Nova		
Individual	124.971.689	125.800.711
Rendas Individual	264.188	288.583
Rendas Grupo	9.974.741	11.219.943
Grupo Tradicionais	6.223.924	6.923.311
VICTORIA Vantagem Investimento	31.384.522	36.423.849
Contratos sem participação nos resultados		
Carteira Antiga	1.102	1.319
Rendas Individual	819.944	607.186
Rendas Grupo	17.479.190	15.028.690
Risco	-	-
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	3.958.488	3.439.019
TOTAL	**195.128.909**	**199.794.524**

De acordo com a política contabilística da Companhia, anualmente é efectuado, para todos os produtos, o Teste de Adequação do Passivo (*Loss Adequacy Test - LAT*). O valor apurado para garantia de resgate encontra-se reconhecido na Provisão Matemática no montante de 3.958.488 Euros (2009: 3.439.018 Euros) e em Provisão para Compromisso de Taxa como abaixo se descreve:

Quadro 47 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Seguros de Vida	15.037	109.856
Seguro ligados a Fundos de Investimento	2.400.433	2.072.325
TOTAL	**2.415.470**	**2.182.181**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

O teste é efectuado através da melhor estimativa dos cash-flows futuros associados a cada contrato descontados a uma taxa média ponderada de 4,34 % (2009: 4,41%).

Os pressupostos actuariais para cálculo da Provisão Matemática do Ramo Vida previstos nas apólices, são os seguintes:

Seguro Individual

Quadro 48

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
Seguros de rendas		
Rendas-Certas	PM 60/64	4%
Rendas Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF 80	2,5%
	DAV94 MR	2%

Seguro Individual

Quadro 49

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
Seguros de capitais		
Capital Diferido com contrasseguro	PF 60/64	4%
	GKF80	0,95%
Mistos	AF	3,5%
	PM 60/64	4%
	GKM80	2,75%
	GKM80	2%
Temporários	PM 46/49	3,5%
	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável	GKM 80	3,5%
	80% GKM 80	2%
PR Valorização	PM 60/64	4%
Valor Mais PPR	TV 73/77	3,5%
Garantia Valor PPR/E	GKF80	0,95%
PPR/E Acções Maximização	GKF80	n.a.
Europa Invest	GKF80	n.a.

Seguro de Grupo

Quadro 50

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
Seguros de rendas		
Rendas Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF80	2,5%
	DAV94 MR	2%
Seguros de capitais		
Capital Diferido sem contrasseguro	PF 60/64	4%
Misto	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável	PM 60/64	4%
Capital Diferido com contrasseguro	TV 73/77	4%
	GKF80	2%

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data de balanço, e inclui uma provisão estimada, no montante de 498.338 Euros (2009: 892.482 Euros), relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2010 ainda não reportados (IBNR). O desenvolvimento da provisão para sinistros em 2010 é analisado como segue:

Quadro 51 - (Unidade: Euros)

Provisão para sinistros em 31-12-2009	Montantes pagos no exercício (1)	Provisão para sinistros em 31-12-2010 (1)	Reajustamentos a provisões de exercícios anteriores
5.851.161	1.915.924	3.993.461	(58.224)

(1) referentes a sinistros de exercícios anteriores.

O valor dos reajustamentos efectuados no exercício de 2010, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Provisão para Participação nos Resultados

A Provisão para Participação nos Resultados é proveniente de duas vias:

- Participação nos Resultados a Atribuir; que corresponde à parte estimada do tomador do seguro, no valor líquido positivo nos ajustamentos de justo valor dos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, e de acordo com as respectivas modalidades;

- Participação nos Resultados Atribuída; corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros na forma de participação nos resultados, de acordo com modalidades constantes do plano de participação nos resultados.

Para o exercício de 2010, a Participação nos Resultados a Atribuir para os produtos com participação nos resultados foi determinada da seguinte forma:

Quadro 52 - (Unidade: Euros)

Participação nos Resultados a Atribuir	Reserva Reavaliação por ajustamento Justo Valor	% a Atribuir	Saldo Final
Carteira Antiga	14.558	4%	565
Carteira Nova			
Individual	652.993	33%	215.030
Rendas Individual	380		-
Rendas Individual (novas bases técnicas)	7.652		-
Rendas Grupo	25.657		-
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	97.524		-
Grupo Tradicionais	-	15%	-
VICTORIA Vantagem Investimento	196.371		-
TOTAL	**995.135**	**-**	**215.595**

A percentagem a atribuir por modalidade é determinada tendo por base os valores de participação financeira atribuída nos últimos 3 anos (de 2007 a 2009).

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

No que respeita à Participação nos Resultados Atribuída, a movimentação no exercício de 2010, é a seguinte:

Quadro 53 - (Unidade: Euros)

Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída		Saldo final
			Pagamentos	Aumento benefícios	
Carteira Antiga	59.330	718	5.020	-	55.028
Carteira Nova					
Individual	4.202.380	478.667	1.126.687	70.701	3.483.659
Rendas Individual	51.367	-	-	-	51.367
Rendas Individual (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Rendas Grupo	209.471	-	-	-	209.471
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Grupo Tradicionais	3.195.080	2.497.094	2.379.895	7.499	3.304.780
VICTORIA Vantagem Investimento	318.236	106.025	11.061	310.253	102.947
TOTAL	**8.035.864**	**3.082.504**	**3.522.663**	**388.453**	**7.207.252**

NOTA 14 – Passivos Financeiros de contratos de investimento

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é suportado pelo tomador se seguro. No entanto, e pelo facto de, em termos contratuais, existir uma taxa mínima garantida, assumem para a companhia risco de investimento. Os movimentos ocorridos são os seguintes:

Quadro 54 - (Unidade: Euros)

	Com risco investimento	Sem risco investimento	TOTAL
Valor inicial	90.991.336	507.796	91.499.132
Entradas no período (deduzidas de encargos de subscrição)	5.506.334	52.649	5.558.983
Montantes pagos	20.296.011	49.234	20.345.245
Rendimento (gastos)	3.596.811	(11.001)	3.585.810
Encargos de Gestão	1.134.879	7.159	1.142.038
Passivos adquiridos de/ou transferidos para outras empresas	(261.253)	(5.164)	(266.417)
Valor final	**78.402.338**	**487.887**	**78.890.225**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

NOTA 15 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como segue:

Quadro 55 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Tomadores de seguros	201.667	331.430
Mediadores de seguros	58.593	293.034
Sub-total	260.260	624.464
Resseguradores	102.090	192.699
Outros credores	3.165.030	2.830.568
TOTAL	**3.527.380**	**3.647.731**

A rubrica Outros credores inclui o saldo com a VICTORIA – Seguros, S.A. no montante de 85.040 Euros (2009: 2.222.410 Euros). Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui também o montante de 3.027.231 Euros relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados pelos clientes.

NOTA 16 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

• Acréscimos e diferimentos no Activo

Quadro 56 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Outros acréscimos e diferimentos	56.087	63.707
TOTAL	56.087	63.707

• Acréscimos e diferimentos no Passivo

Quadro 57 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Férias e subsídio de férias	445.062	495.227
Incentivos comerciais	342.298	437.747
Rendas e alugueres	129.417	128.902
Outros acréscimos e diferimentos	173.328	195.946
TOTAL	**1.090.105**	**1.257.822**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

NOTA 17 – Capital Próprio

O capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A., no montante de 8.500.000 Euros, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., é representado por 1.700.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

Em 2003, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 16 de Junho, a Empresa procedeu a um aumento do capital social de 1.000.000 Euros pela emissão de 200.000 novas acções de valor nominal de 5 Euros, e prémio de emissão de 2.500.000 Euros.

Foi deliberado em Assembleia Geral de 29 de Março de 2010 distribuir dividendos à accionista única no montante de 5.000.000 Euros (cinco milhões de euros).

As Reservas de reavaliação sofreram no decurso do exercício de 2010, as seguintes alterações:

Quadro 58 - (Unidade: Euros)

	Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições por Venda	Saldo final
De Justo Valor de Activos Financeiros	3.743.039	(3.573.088)	(89.328)	80.622
Instrumentos de capital e Unid Participação	73.592	280.580	-	354.172
Títulos de Dívida	3.669.446	(3.853.669)	(89.328)	(273.550)
Dívida Pública	1.399.581	(1.969.236)	4.778	(564.877)
De Outros Emissores Públicos	499.572	(137.422)	(45.372)	316.778
De Outros Emissores	1.770.293	(1.747.010)	(48.734)	(25.451)
Terrenos e Edifícios	1.263.250	-	-	1.263.250
Total	5.006.289	(3.573.088)	169.318	1.343.872
Provisão part. resultados atribuir ("Shadow")	(1.050.352)	834.757	-	(215.595)
TOTAL	**3.955.937**	**(2.738.332)**	**169.318**	**1.128.277**

Em 17 de Dezembro de 2010, conforme deliberado em Assembleia Geral de 29 de Outubro do mesmo ano, procedeu-se à distribuição de reservas livres no valor de 1.274.505 Euros (Um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, quinhentos e cinco euros) e de resultados transitados no valor de 2.225.495 Euros (Dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e cinco euros), num montante global de 3.500.000,00 Euros (três milhões e quinhentos mil euros), à accionista única.

NOTA 18 – Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital social.

NOTA 19 – Transacções entre partes relacionadas

As demonstrações financeiras da sociedade são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., que por sua vez são consolidadas no Grupo Segurador ERGO, R.F.A. e na Muenchener Rueckversicherungs-Gesellschaft, R.F.A.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

A análise das transacções com entidades relacionadas, é analisada como segue:

Qaudro 59 - (Unidade: Euros)

GANHOS E PERDAS	VICTORIA Internacional, S.G.P.S., S.A.	VICTORIA-Seguros, S.A.	Meag	Ergo Versicherungsgruppe AG	Ergo International Services Gmbh	Munich Re
Prémios adquiridos de resseguro cedido		37.685				374.645
Total dos Proveitos	-	37.685	-	-	-	374.645
Custos e gastos de exploração - comissões de resseguro		9.421				264.175
Custos com sinistros		11.740				2.292
Variação das provisões técnicas de resseguro						(38.988)
Outros gastos gerais e administrativos	44.939		183.170	13.148	138.281	
Total dos Custos	44.939	21.161	183.170	13.148	138.281	227.479
Líquido Proveitos/ (Custos) 2010	(44.939)	16.524	(183.170)	(13.148)	(138.281)	147.166
Líquido Proveitos/ (Custos) 2009	(31.792)	15.553	(183.640)	(143.077)	(50.812)	121.057

Quadro 60 - (Unidade: Euros)

BALANÇO	VICTORIA Internacional, S.G.P.S., S.A.	VICTORIA-Seguros, S.A	Meag	Ergo Versicherungsgruppe AG	Ergo International Services Gmbh	Munich Re
Activo						
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido						43.654
Outros Devedores por operações de seguro e outras	285.564		132.421		21.865	89.592
Total do Activo	285.564	-	132.421	-	21.865	133.246
Passivo						
Passivos Subordinados						
Depósitos recebidos de resseguradores						
Outros Credores por operações de seguro e outras		212.976		15.298		
Total do Passivo	-	212.976	-	15.298	-	-
Liquido Activo / (Passivo) 2010	285.564	(212.976)	132.421	(15.298)	21.865	133.246
Liquido Activo / (Passivo) 2009	360.021	(2.222.410)	132.421	(2.150)	(17.034)	(102.467)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

As transacções efectuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. e VICTORIA – Seguros, S.A. revestem a natureza meramente administrativa, com excepção da operação de resseguro, que decorre da comercialização de um produto do Ramo Vida que ressegura uma garantia junto do Ramo Doença. As transacções efectuadas com a Munich Re respeitam exclusivamente a operações de resseguro.

No que se refere à entidade Meag, esta desenvolve para as empresas do grupo ERGO e Munich Re, a actividade de *front office* da actividade de investimentos de activos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

NOTA 20 – Elementos extra patrimoniais

• Compromissos com locação operacional

Em 31 de Dezembro de 2010, os compromissos financeiros assumidos pela Companhia com contratos de manutenção e aluguer operacional encontram-se distribuídos pelos seguintes exercícios futuros:

Quadro 61 - (Unidade: Euros)

Compromissos financeiros	Valor
2011	67.817
2012	10.454
2013	10.454
2014	8.712
TOTAL	97.437

No decurso de 2010, e relativamente aos contratos cuja data de fim se situava em 2010, procedeu-se à revisão dos mesmos, de modo a uniformizar com os restantes contratos.

• Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são analisadas como segue:

Quadro 62 - (Unidade: Euros)

Natureza da Garantia	2010	2009
Avales, fianças e outras garantias de crédito		
Direcção Geral de Contribuições e Impostos	282.574	800.876
TOTAL	**282.574**	**800.876**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

• Fundos de Pensões

O valor dos activos dos Fundos de Pensões geridos pela companhia eram de 26.134.378 Euros (2009: 24.956.434 Euros), dos quais 2.711.968 (2009: 2.899.730 Euros) são pertença do Fundo de Pensões PPR - Duplo Valor que tem uma taxa garantida de 4%.

VI – Notas à Conta de Ganhos e Perdas

NOTA 21 – Prémios de contratos de seguro

Relativamente ao Seguro de Vida, temos:

Quadro 63 - (Unidade: Euros)

Prémios brutos emitidos de seguro directo	2010	2009
Relativos a contratos individuais	23.542.352	24.645.664
Relativos a contratos de grupo	13.120.662	13.862.622
	36.663.014	38.508.286
Periódicos	32.778.432	31.297.180
Não Periódicos	3.884.582	7.211.106
	36.663.014	38.508.286
De contratos sem participação nos resultados	7.212.786	4.371.909
De contratos com participação nos resultados	29.450.228	34.136.377
	36.663.014	38.508.286
Saldo de resseguro	**(596.616)**	**(752.195)**

NOTA 22 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

Quadro 64 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Encargos Subscrição	65.367	69.407
Comissão de Gestão	1.142.785	1.217.717
TOTAL	**1.208.152**	**1.287.124**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

NOTA 23 – Rendimentos / réditos de investimentos

Os critérios de valorimetria utilizados na mensuração dos investimentos estão referidos na nota III. Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

Quadro 65 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Terrenos e Edificios	1.951.027	1.979.042
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	846.466	1.400.025
Instrumentos de Capital e Unid Participação	99.707	248
Títulos de Dívida	746.759	1.399.777
Activos disponiveis para venda	5.856.289	7.050.524
Instrumentos de Capital e Unid Participação	47.162	25.134
Títulos de Dívida	5.809.127	7.025.390
Empréstimos concedidos e contas a receber	261.644	432.968
Depósitos	28.384	263.483
Empréstimos concedidos	233.260	169.485
TOTAL	**8.915.426**	**10.862.559**

O montante de rendimentos de investimentos, proveniente de dividendos é de 0 Euros em 2010 (2009: 146 Euros).

NOTA 24 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afectação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 31.

NOTA 25 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos activos disponíveis para venda e é analisada como segue:

Quadro 66 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Activos disponiveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unid Participação	3.002	(250.671)
Títulos de Dívida	(19.514)	27.974
Sub-total	(16.512)	(222.697)
Terrenos e Edificios	-	(1.400)
TOTAL	**(16.512)**	**(224.097)**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Em resultado das avaliações efectuadas em 2009 aos imóveis de uso próprio, registou-se um decréscimo no valor de um imóvel, o que resultou num impacto no resultado no montante de Euro 1.400.

NOTA 26 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados

A movimentação ao nível dos activos financeiros é como segue:

Quadro 67 - (Unidade: Euros)

	2010		2009	
	Valias realizadas	Ajustamento justo valor	Valias realizadas	Ajustamento justo valor
Activos financeiros detidos para negociação	-	475.246	-	267.752
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	(47.230)	(64.209)	(265.360)	356.820
Instrumentos de Capital e Unid Participação	(5.881)	(763)	30.367	35.364
Títulos de Dívida	(41.349)	(63.446)	(295.727)	321.456
TOTAL	**(47.230)**	**411.037**	**(265.360)**	**624.572**

No que respeita aos passivos financeiros, a movimentação é a seguinte:

Quadro 68 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Gastos em passivos	3.701.332	(3.336.833)
Ganhos em passivos	115.521	160.113
TOTAL	**(3.585.811)**	**(3.176.720)**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Esta rubrica corresponde às variações verificadas nos activos financeiros afectos a esta modalidade e que se encontram registadas em rubricas de Ganhos e Perdas, de acordo com a sua natureza.

NOTA 27 – Perdas de Imparidades

Uma obrigação será sujeita a imparidade quando se considere que existe um risco significativo no que diz respeito ao reembolso ou ao pagamento dos cupões.

Uma diferença de 20% entre o valor de mercado e o valor de amortizado será considerado um indicador que poderá indicar que o título deva ser sujeito a imparidade. No entanto, esta medida deverá ser complementada com a análise do rating da obrigação, do rating do emitente e das condições de mercado. Os valores registados nesta rubrica podem ser analisados na Nota 5.

NOTA 28 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

Quadro 69 - (Unidade: Euros)

	2010	2009		2010	2009
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro	5.574	11.088	Por gestão Co-Seguro	-	-
Por gestão Fundos de Pensões	212.490	435.889	Por gestão Fundos de Pensões	179.696	212.198
Por outros	1.586	98	Por outros	95.957	280.938
Sub-total	219.650	447.075	Sub-total	275.653	493.136
TOTAL	**56.003**	**46.061**			

NOTA 29 – Outras Provisões (Variações)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da actividade, incluindo uma provisão para contingências fiscais.

Quadro 70 - (Unidade: Euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização	Saldo final
Outras Provisões	1.619.712	85.166	-	497.585	1.207.293

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

NOTA 30 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

Quadro 71 - (Unidade: Euros)

	2010	2009		2010	2009
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Multas e penalidades	1.373	1.149	Restituição impostos	-	-
Quotizações diversas e donativos	-	566	Outros rendimentos e ganhos	84	167.766
Outros gastos e perdas	133.011	24.683			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	3.034	10.636	Juros obtidos	3.326	2.938
Outros gastos e perdas	32.066	42.895	Outros rendimentos e ganhos	-	15.688
Ajustamentos			Ajustamentos		
De recibos por cobrar	-	228.829	De recibos por cobrar	357.726	-
De créditos de cobrança duvidosa	-	44.025	De créditos de cobrança duvidosa	64.150	-
Perdas em Activos Tangíveis	-	1.247	Outros	236.853	-
Sub-total	169.484	354.030	Sub-total	662.139	186.392
TOTAL	**492.655**	**(167.638)**			

NOTA 31 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

Quadro 72 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Despesas com Pessoal	4.614.010	5.173.082
Fornecimento e Serviços Externos	3.517.634	4.007.631
Impostos e Taxas	97.043	94.048
Amortizações do Exercício	488.590	682.124
Juros Suportados	-	-
Comissões	367.268	373.078
TOTAL	**9.084.545**	**10.329.963**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

Quadro 73 - (Unidade: Euros)

	2010		2009	
	Contratos de Seguro	Contratos de Investimento	Contratos de Seguro	Contratos de Investimento
Custos com sinistros	387.317	-	563.746	-
Custos de exploração	6.498.888	664.458	7.360.102	744.482
Custos de aquisição	1.386.943	140.031	1.763.568	178.386
Custos administrativos	5.111.945	524.427	5.596.534	566.096
Custos com investimentos	722.886	72.986	594.335	60.117
Custos Gestão Fundos de Pensões	738.010	-	1.007.181	-
TOTAL	**8.347.101**	**737.444**	**9.525.364**	**804.599**

NOTA 32 – Gastos com o pessoal

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efectuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Actividade Seguradora. Durante o exercício a empresa teve, além dos 2 membros do Conselho de Administração, ao seu serviço em média 88 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Quadro 74

Qualificação de Funções	Nº Médio de Empregados 2010	Nº Médio de Empregados 2009
Quadros superiores	20	20
Quadros médios	25	28
Profissionais altamente qualificados	21	22
Profissionais qualificados	22	25
Profissionais semi – qualificados	-	-
Estagiários e aprendizes	-	-
TOTAL	**88**	**95**

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são analisados como segue:

Quadro 75 - (Unidade: Euros)

Rubricas	2010	2009
Remunerações		
dos órgãos sociais	6.000	104.369
do pessoal	3.042.684	3.424.450
Encargos sobre remunerações	688.234	778.009
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	1.514	740
Planos de benefício definido	(13.748)	79.992
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	26	5.334
Benefícios de cessação de emprego	700.723	560.000
Seguros obrigatórios	102.163	104.398
Gastos de acção social	42.026	59.044
Outros gastos com pessoal	44.388	56.746
Total de custos com pessoal	**4.614.010**	**5.173.082**

Os órgãos da companhia responsáveis pelo planeamento, direcção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direcção efectiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direcções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

A sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

Quadro 76 - (Unidade: Euros)

Órgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		VIDA	SEGUROS
Conselho de Administração Executivo	2	-	404.166
Directores	8	296.808	343.639
Responsáveis	9	222.031	429.486
TOTAL	**18**	**518.839**	**1.177.291**

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Actividade Seguradora. No entanto, salienta-se a existência de um beneficio pós-emprego diferenciado, relativamente a um ex-administrador, que se encontra totalmente financiado através de uma adesão a um Fundo de Pensões, sendo o inicio do pagamento em 06/2011, sob a forma de renda vitalícia no montante de 50.400 Euros/ano.

VII) Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados. Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela VICTORIA VIDA são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito
Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Activos financeiros disponíveis para venda, Activos financeiros reclassificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e activos financeiros detidos para negociação
Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros
Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

VIII) Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2010:

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisadas como segue:

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual foi de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Companhia não teve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas foram efectivas a partir de 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente da adopção desta alteração.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos "step acquisition" em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação. A Companhia não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma revista.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. A adopção por parte da União Europeia foi em 25 de Março de 2009. Esta interpretação passa a ser de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 29 de Março de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato. Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação, a Companhia não obteve qualquer impacto ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados quando da distribuição.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 –Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos; e
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações Financeiras.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontram em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa, das quais se destaca:

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta norma ao nível das Demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;

- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;

- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

- A excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (Fair Value option) serão reconhecidas em Other comprehensive income (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

A Companhia está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

X) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

(Unidade: Euros)

Identificação dos Títulos		Quant.	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa Juro
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS									
	1.1 - Nacionais									
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	sub-total									
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total									
	1.2 - Estrangeiras									
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total									
	TOTAL									

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

(Unidade: Euros)

Identificação dos Títulos		Quant.	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa Juro
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTOTENOE0018	O. T. JUNHO TF 08/18		100.000	92,18		92.179	89	88.737	2.426	4,450%
PTOTE4OE0040	O.T. ABR TF 05/11		800.000	100,54		804.332	99	794.280	18.236	3,200%
PTOTEYOE0007	O.T. ABR TF 05/21		200.000	99,05		198.095	80	159.000	5.485	3,850%
PTOTEJOE0006	O.T. JUN TF 01/11		1.500.000	101,02		1.515.373	101	1.508.505	42.117	5,150%
PTOTE1OE0019	O.T. JUNHO TF 03/14		1.500.000	102,72		1.540.865	97	1.461.690	35.599	4,375%
PTPBTDGE0012	PORTUGAL T-BILL 02/18/11		50.000	99,60		49.800	100	49.793	-	-
	sub-total		4.150.000			4.200.644		4.062.005	103.863	
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	sub-total		-			-		-		
	2.1.1.3 - De outros emissores									
913012876001	COPINAQUE 90/95		249	-		-	-	-	-	
913012886001	SOMEC 92/97		150	-		-	-	-	-	
913012886002	SOMEC 94/99		349	-		-	-	-	-	
913910001401	C.N.B./CAMAC S.1 90/95		175	-		-	-	-	-	
913910001402	C.N.B./CAMAC S.2 90/97		125	-		-	-	-	-	
913910003301	FABRIFER 91/96		100	-		-	-	-	-	
913910003401	CONST.CAMPO ALEGRE 91/96		75	-		-	-	-	-	
TBCUB1E0005	BANCO COMERC PORTUGUES TF 07/17		4.000.000	99,07		3.962.745	84	3.343.988	99.945	4,750%
PTCG1HOM0003	CAIXA GERAL DEPOSITOS 12/11		50.000	102,50		51.250	96	48.234	96	3,875%
PTCG2YOE0001	CAIXA GERAL DEPOSITOS TF 10/20		1.000.000	100,18		1.001.835	73	734.890	39.356	4,250%
PTCGGFOM0015	CAIXA GERAL DEPÓSITOS TF 09/14		1.500.000	101,12		1.516.749	91	1.369.616	24.283	3,625%
	sub-total		6.551.222			6.532.579		5.496.728	163.680	
	sub-total		10.701.222			10.733.223		9.558.733	267.543	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Acções									
PTFBI0AN0004	BANCO FINANTIA SA	349.335			2	539.530	2	684.697	-	
	sub-total	349.335				539.530		684.697		
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total	-				-		-		
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
TNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	683.800			4	2.587.168	5	3.091.938		
	sub-total	683.800				2.587.168		3.091.938		
	2.1.2.4 - Outros									
	sub-total	-	-			-		-	-	
	sub-total	1.033.135	-	-	-	3.126.698	-	3.776.635	-	
	TOTAL	1.033.135	10.701.222			13.859.921		13.335.368	267.543	

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Identificação dos Títulos		Quant.	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa Juro
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
BE0000311200	BELGIUM KINGDOM 07/11		5.150.000	100,45		5.173.120	100	5.143.768	1.123	0,872%
BE0000311200	BELGIUM KINGDOM 07/11		8.150.000	99,90		8.141.920	100	8.140.139	1.777	0,872%
BE0000296054	BELGIUM KINGDOM TF 01/11		2.900.000	101,38		2.940.104	103	2.978.010	37.343	5,000%
BE0000298076	BELGIUM KINGDOM TF 02/12		2.000.000	102,76		2.055.113	105	2.102.200	25.753	5,000%
BE0000307166	BELGIUM KINGDOM TF 06/16		1.690.000	97,33		1.644.799	99	1.674.469	14.145	3,250%
BE0000317264	BELGIUM KINGDOM TF 09/12		900.000	100,37		903.373	100	903.717	13.709	2,000%
ES0000012866	BONOS Y OBLIG TF 03/13		940.000	101,02		949.559	101	949.936	16.657	4,200%
ES00000120J8	BONOS Y OBLIG TF 06/17		3.000.000	98,02		2.940.544	94	2.828.040	104.005	3,800%
ES00000121A5	BONOS Y OBLIG TF 08/18		3.000.000	101,98		3.059.508	93	2.797.080	51.896	4,100%
IT0003644769	BTPS TF 02/20		300.000	105,20		315.586	99	296.745	5.585	4,500%
DE0001135416	BUNDESREP DEUTSCH TF 10/20		1.000.000	97,48		974.766	95	945.770	8.199	2,250%
DE0001135218	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 03/13		900.000	107,58		968.197	107	964.971	40.056	4,500%
IT0004467483	BUONI POLIENNALI DEL TES TF 09/12		700.000	101,64		711.447	101	703.906	6.962	3,000%
IT0003080402	BUONI POLIENNALI TF 01/11		1.500.000	101,54		1.523.051	102	1.527.210	32.579	5,250%
IT0003472336	BUONI POLIENNALI TF 03/13		3.700.000	100,94		3.734.617	103	3.802.490	65.054	4,250%
IT0003719918	BUONI POLIENNALI TF 04/15		1.300.000	102,61		1.333.976	102	1.330.693	22.857	4,250%
IT0003844534	BUONI POLIENNALI TF 05/15		1.600.000	98,45		1.575.224	100	1.603.088	24.822	3,750%
IT0004019581	BUONI POLIENNALI TF 06/16		1.100.000	103,60		1.139.628	99	1.090.562	17.065	3,750%
IT0004164775	BUONI POLIENNALI TF 06/17		300.000	103,62		310.866	100	298.605	4.964	4,000%
IT0004009673	BUONI POLIENNALI TF 06/21		200.000	96,03		192.069	92	184.330	3.103	3,750%
IT0004273493	BUONI POLIENNALI TF 07/18		5.000.000	105,96		5.298.229	101	5.053.000	93.082	4,500%
IT0004361041	BUONI POLIENNALI TF 08/18		200.000	105,57		211.145	100	200.590	3.723	4,500%
IT0004612179	BUONI POLIENNALI TF 10/13		500.000	99,57		497.854	98	487.770	822	2,000%
IT0004615917	BUONI POLIENNALI TF 10/15		200.000	100,80		201.600	97	194.068	263	3,000%
IT0004594930	BUONI POLIENNALI TF 10/20		1.500.000	101,23		1.518.511	95	1.420.725	19.890	4,000%
IT0004026297	BUONI POLIENNALI TFIXA 06/11		500.000	102,64		513.215	100	501.775	5.130	3,500%
IT0003746366	CERT DI CREDITO DEL TES 04/11		3.200.000	100,12		3.203.794	100	3.193.120	7.890	1,500%
IT0003746366	CERT DI CREDITO DEL TES 04/11		3.000.000	100,47		3.013.950	100	2.993.550	7.397	1,500%
IT0003993158	CERT DI CREDITO DEL TES 05/12		1.500.000	98,94		1.484.100	98	1.470.300	3.637	1,500%
FI0001005407	FINNISH GOVERNMENT TF 02/13		2.150.000	103,77		2.230.980	111	2.377.685	56.673	5,375%
FI0001006066	FINNISH GOVT TF 06/17		200.000	109,92		219.849	108	215.870	2.272	3,875%
FR0010216481	FRANCE O.A.T. TF 04/15		3.100.000	96,67		2.996.742	104	3.209.368	17.071	3,000%
FR0010288357	FRANCE O.A.T. TF 05/16		1.000.000	95,45		954.525	104	1.043.170	22.171	3,250%
FR0010192997	FRANCE O.A.T. TF 05/21		200.000	101,05		202.100	103	206.238	5.116	3,750%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		1.000.000	105,30		1.052.984	107	1.070.580	27.288	4,000%
FR0010854182	FRANCE O.A.T. TF 10/20		200.000	105,42		210.845	102	203.196	4.795	3,500%
FR0010011130	FRANCE OAT TF 02/13		900.000	104,40		939.561	107	965.232	6.608	4,000%
FR0010163543	FRANCE OAT TF 04/15		3.000.000	98,67		2.959.966	106	3.179.370	71.630	3,500%
FR0114683842	FRENCH TREASURY NOTE TF 08/13		20.000	110,95		22.190	108	21.614	424	4,500%
FR0118153370	FRENCH TREASURY NOTE TF 09/12		20.000	100,30		20.060	100	19.929	42	0,750%
GR0114020457	HELLENIC REPUBLIC TF 07/12		1.100.000	102,70		1.129.679	88	967.978	16.434	4,100%
GR0110019214	HELLENIC REPUBLIC TF 08/11		100.000	102,57		102.567	99	98.515	2.957	3,800%

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

Identificação dos Títulos		Quant.	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa Juro
GR0110021236	HELLENIC REPUBLIC TF 09/12		900.000	102,39		921.541	91	816.615	30.324	4,300%
IE0006857530	IRISH GOVERNMENT TF 99/16		2.950.000	103,90		3.065.143	85	2.515.170	95.176	4,600%
DE000NRW1006	LAND NORDRHEIN TF 07/22		500.000	112,88		564.403	107	537.285	14.743	4,375%
NL0000102325	NETHERLANDS GOVERNMENT TF 04/14		1.325.000	106,52		1.411.383	108	1.428.271	23.006	3,750%
NL0000102283	NETHERLANDS GOVERNMENT TF 06/16		2.900.000	101,04		2.930.299	109	3.159.550	53.710	4,000%
NL0000102689	NETHERLANDS GOVT TF 03/13		900.000	104,84		943.562	108	971.541	17.710	4,250%
NL0000102275	NETHERLANDS GOVT TF 06/23		1.300.000	108,98		1.416.690	104	1.352.624	46.747	3,750%
NL0009041359	NETHERLANDS GOVT TF 09/12		700.000	101,78		712.427	102	712.908	16.781	2,500%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		300.000	104,64		313.925	103	308.376	4.862	3,500%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		50.000	102,12		51.060	103	51.396	810	3,500%
XS0282701514	POLAND GOVERNMENT BOND TF 07/22		1.000.000	99,16		991.560	101	1.008.510	42.781	4,500%
FR0000188690	REP FSE TF 02/12		600.000	101,70		610.191	107	640.332	5.232	4,750%
AT0000385992	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 03/13		1.500.000	101,11		1.516.641	107	1.598.970	11.244	3,800%
AT0000386115	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/20		400.000	100,07		400.274	104	416.720	7.223	3,900%
AT0000A001X2	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/21		300.000	103,76		311.286	100	299.787	3.078	3,500%
AT0000A011T9	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 06/16		1.000.000	99,65		996.457	107	1.073.240	11.726	4,000%
	sub-total		85.545.000			86.728.755		86.250.667	1.258.122	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
XS0230228933	B.E.I. TF 05/15		3.100.000	96,83		3.001.859	103	3.190.117	20.437	3,125%
FR0010163329	CAISSE AMORT DET CADES TF 04/15		300.000	105,14		315.418	105	315.783	7.419	3,625%
FR0010301747	CAISSE AMORT DET CADES TF 04/16		300.000	104,63		313.901	105	314.017	7.419	3,625%
FR0010198036	CAISSE AMORT DET CADES TF 05/20		2.500.000	104,10		2.602.590	102	2.545.600	17.209	3,750%
FR0010249763	CAISSE AMORT DET CADES TF 06/13		3.100.000	98,32		3.047.815	104	3.225.798	68.731	3,250%
FR0010767566	CAISSE AMORT DET CADES TF 09/20		1.000.000	105,29		1.052.937	106	1.062.430	29.110	4,250%
FR0010347989	CAISSE AMORT DET CADES TF 10/21		900.000	107,64		968.721	107	961.083	7.228	4,375%
DE0001240265	GEMEINSAME BUND TF 07/17		300.000	106,21		318.636	108	323.055	9.152	4,250%
DE0001240182	GEMEINSAME BUND TF 09/11		5.200.000	100,42		5.221.805	102	5.288.660	61.438	3,750%
DE000A0Z1V00	KFW 09/12		5.000.000	100,03		5.001.700	100	5.019.435	5.138	1,156%
DE0002760931	KFW TF 04/14		3.900.000	101,33		3.951.983	108	4.209.906	81.286	4,250%
DE0002760980	KFW TF 07/21		300.000	103,22		309.670	100	300.903	5.149	3,500%
DE000A0Z2KS2	KFW TF 09/16		500.000	100,87		504.341	103	513.466	7.706	3,125%
DE000A0L1CY5	KFW TF 09/19		300.000	102,67		308.019	105	314.596	10.956	3,875%
DE0001040640	LAND BADEN-WURT 09/13		1.600.000	100,06		1.600.944	100	1.599.264	3.489	0,892%
DE0001040715	LAND BADEN-WURT 10/12		3.300.000	99,98		3.299.406	100	3.297.198	6.222	0,956%
DE000A0Z1GR4	LAND BERLIN 09/12		7.500.000	99,88		7.491.000	100	7.530.233	1.054	1,265%
DE000A0Z1FS4	LAND BERLIN 09/13		1.600.000	100,38		1.606.080	100	1.607.496	4.527	1,306%
DE000A0SLW11	LAND BRADENBURG 08/12		1.000.000	100,18		1.001.755	100	999.568	1.777	0,955%
DE000A0SLW11	LAND BRADENBURG 08/12		1.000.000	99,02		990.200	100	999.568	1.777	0,955%
DE0001076537	LAND BRADENBURG TF 04/11		4.800.000	100,40		4.819.372	101	4.866.638	100.997	4,000%
DE000A0Z2LX0	LAND BRANDENBURG 10/13		3.200.000	100,02		3.200.480	100	3.199.104	7.235	0,969%
DE000A0SLVX5	LAND HESSEN 09/12		6.000.000	100,38		6.022.740	101	6.037.386	16.705	1,496%
DE000A1A59W8	LAND NIEDERSACHSEN 09/12		1.700.000	100,21		1.703.485	100	1.702.455	3.401	1,075%
DE0001590628	LAND NIEDERSACHSEN TF 04/14		1.000.000	98,95		989.473	106	1.063.400	35.260	4,125%
DE0001590677	LAND NIEDERSACHSEN TF 08/18		200.000	105,82		211.631	107	214.800	7.103	4,250%

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

(Unidade: Euros)

Identificação dos Títulos		Quant.	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa Juro
E000NRW2W98	LAND NORDRHEIN 09/11		1.700.000	100,46		1.707.752	100	1.701.307	688	1,324%
DE000NRW2YQ8	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 09/13		2.700.000	100,02		2.700.405	100	2.703.121	1.524	1,129%
DE000A0SLEF8	LAND RHEINLAND-PFALZ 08/11		1.000.000	99,32		993.200	100	1.001.750	2.149	1,209%
	sub-total		65.000.000			65.257.318		66.108.137	532.286	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
ES0312298005	AYT CEDULAS CAJAS GLOBAL 05/12		400.000	101,37		405.488	93	373.684	175	0,764%
ES0361002001	AYT CEDULAS CAJAS III TF 02/12		4.200.000	102,72		4.314.044	99	4.161.570	112.364	5,250%
ES0413211048	BANCO BILBAO VIZCAYA ARG TF 04/11		1.000.000	100,05		1.000.545	100	1.001.778	27.904	3,500%
ES0413440076	BANCO ESPANHOL DE CREDITO TF 05/12		3.400.000	99,73		3.390.818	98	3.325.880	29.459	2,750%
ES0413900103	BANCO SANTANDER CENT-HISP TF 05/15		3.000.000	96,05		2.881.460	93	2.794.350	24.144	3,125%
ES0413900087	BANCO SANTANDER TF 05/20		1.600.000	100,07		1.601.055	90	1.432.880	46.992	4,000%
XS0304459026	BANK OF SCOTLAND PLC TF 07/22		200.000	99,53		199.062	100	200.422	5.362	4,750%
XS0323856210	BARCLAYS BANK PLC 07/19		15.000.000	98,64		14.795.459	102	15.282.000	162.916	4,250%
XS0179749808	BAYERISCHE LANDESBANK 03/15		4.000.000	101,56		4.062.537	99	3.963.700	6.494	1,169%
DE000A1ELQH6	BREMEN FREIE 10/12		3.300.000	100,08		3.302.673	100	3.302.171	4.123	1,046%
ES0414950610	CAJA AHORRO MONTE MADRID		1.000.000	100,07		1.000.656	99	989.250	26.945	3,500%
FR0000474652	CIE FINANCEMENT TF 03/18		2.000.000	98,82		1.976.387	106	2.110.304	56.219	4,500%
FR0010101824	CIE FINANCEMENT TF 04/11		1.000.000	100,39		1.003.852	102	1.015.235	17.863	4,000%
FR0010489831	CIE FINANCEMENT TF 06/15		300.000	108,65		325.939	108	324.512	7.379	4,750%
FR0010526988	CIE FINANCEMENT TF 07/13		900.000	105,60		950.374	105	947.007	39.279	4,500%
FR0010422618	CIE FINANCEMENT TF 07/17		3.300.000	97,49		3.217.034	104	3.425.360	24.987	4,125%
FR0010758599	CIE FINANCEMENT TF 09/21		300.000	106,77		320.299	107	320.543	8.815	4,875%
XS0369059216	DANSKE BANK TF 08/13		1.500.000	104,86		1.572.917	107	1.602.477	40.670	4,875%
DE000DK8ACH6	DEKABANK 10/13		1.000.000	100,05		1.000.520	100	998.520	317	1,143%
XS0256323972	DELPHINUS BV 2006 - 09/96		1.100.000	99,62		1.095.825	99	1.084.423	139	1,135%
FR0010369306	DEXIA AGENCY TF 06/14		3.000.000	99,82		2.994.588	104	3.124.713	93.637	3,875%
FR0010539734	DEXIA AGENCY TF 07/17		4.500.000	99,24		4.465.784	105	4.711.707	25.521	4,500%
XS0488173864	DEXIA CREDIT LOCAL 10/13		3.900.000	100,00		3.900.000	100	3.882.485	5.888	1,294%
DE000HBE1MP5	EUROHYPO AG TF 06/16		1.500.000	95,71		1.435.594	105	1.577.955	6.211	3,875%
XS0294513030	GELDILUX 2007 - TS 09/14		1.100.000	89,80		987.826	97	1.063.635	2.718	1,059%
XS0201674594	HBOS TSY SRVCS TF 04/14		3.800.000	101,07		3.840.628	104	3.940.536	43.804	4,250%
ES0347785000	IM CEDULAS TF 06/16		2.900.000	100,83		2.924.067	88	2.553.450	69.223	4,250%
XS0342083101	KOMMUNALKREDIT AUSTRIA TF 08/12		1.500.000	101,73		1.525.906	102	1.534.051	55.890	4,000%
ES0414970162	LA CAIXA DE BARCELONA TF 02/12		3.000.000	102,83		3.084.865	101	3.044.487	14.795	4,500%
DE000LBW3F05	LB BADEN-WUERTTEMBERG 05/12		500.000	100,72		503.615	100	499.828	855	1,043%
DE000A0XE9W7	L-BANK BW FOERDERBANK 08/13		2.700.000	100,21		2.705.724	100	2.710.228	13.276	1,196%
DE000A0XE9R7	L-BANK BW FOERDERBANK 09/12		4.000.000	100,24		4.009.640	100	4.018.064	6.900	1,350%
DE000A0Z13P8	L-BANK BW FOERDERBANK 10/13		1.600.000	99,97		1.599.552	100	1.599.626	3.181	1,008%
DE000LFA0224	LFA FOERDERBANK 08/11		1.700.000	100,02		1.700.272	100	1.700.194	1.825	0,991%
DE000NLB24A3	NORDDEUTSCHE LANDESBANK 07/14		500.000	99,20		496.000	99	494.590	1.032	0,965%

Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09

(Unidade: Euros)

Identificação dos Títulos		Quant.	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa Juro
DE000NWB2382	NRW BANK 06/11		1.000.000	99,70		997.000	100	999.930	2.186	0,926%
DE000NWB0345	NRW BANK TF 06/11		650.000	99,96		649.739	102	660.163	10.903	3,875%
FR0010855155	SOC GENERALE SCF TF 02/22		800.000	102,21		817.659	103	820.987	28.841	4,125%
DE000A0KAA42	WL BANK 06/11		800.000	99,92		799.344	100	799.206	1.544	0,965%
	sub-total		87.950.000			87.854.747		88.391.901	1.030.776	
	sub-total		238.495.000			239.840.820		240.750.705	2.821.184	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Acções									
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
IE00B06YB680	PREFF PAN-EUROPEAN REAL ESTATE FUND	16.470			82	1.357.589	84	1.380.318		
DE000A0HGZT7	ISHARES MSCI EMERGING MKTS	2.882			27	78.862	34	98.074		
DE0002643889	ISHARES PLC S & P 500 INDEX	5.069			8	39.659	9	47.902		
FR0010245514	LYXOR ETF JAPAN TOPIX	552			71	39.184	83	45.744		
DE000A0HF483	MEAG EUROINVEST - I	2.783			57	157.295	63	174.967		
LU0290358497	DB X - TR II EONIA	200			138	27.664	139	27.721		
LU0274210672	DB X-TRACKERS MSCI USA TRN	389			21	8.321	23	8.764		
LU0322248658	DB X-TRACKERS RUSSEL 2000	57			71	4.074	77	4.379		
FR0007054358	LYXOR ETF EURO STOXX 50 A	320			27	8.755	28	8.954		
FR0010270033	LYXOR ETF COMMODITIES CRB-AD	596			20	11.947	24	14.110		
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	250			113	28.249	112	28.122		
LU0106235459	SCHRODER INTL EURO EQT-C ACC	8.050			24	191.177	22	180.642		
	sub-total	37.618				1.952.776		2.019.697		
	2.2.2.4 - Outros									
SWO64000131	SWAPTION 2014-2024 4% vs EUR6m		1.000.000	3,05		30.500	4	40.164		
SWO64000132	SWAPTION 2015-2025 4% vs EUR6m		1.000.000	3,05		30.500	4	39.104		
SWO64000133	SWAPTION 2016-2026 4% vs EUR6m		1.000.000	3,10		31.000	4	40.096		
SWO64000291	SWAPTION 2017-2027 4% vs EUR6m		900.000	3,25		29.250	4	35.903		
SWO64000292	SWAPTION 2018-2028 4% vs EUR6m		800.000	3,25		26.000	4	31.921		
SWO64000293	SWAPTION 2019-2029 4% vs EUR6m		700.000	3,25		22.750	4	29.157		
	sub-total		5.400.000			170.000		216.345		
	TOTAL	**37.618**	**243.895.000**			**241.963.596**		**242.986.747**	**2.821.184**	
	3 - TOTAL GERAL	**1.070.753**	**254.596.222**			**255.823.517**		**256.322.115**	**3.088.727**	

Certificação Legal de Contas

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Victoria – Seguros de Vida, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 318.678.801 euros, e um total de capital próprio de 21.451.709 euros, incluindo um resultado líquido de 1.141.377 euros), a Demonstração dos resultados, as Demonstrações do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;

   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 2.840.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

Certificação Legal de Contas

KPMG

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Victoria – Seguros de Vida, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 23 de Março de 2011

Ana Cristina Dourado

KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATIVOS AO EXERCICIO DE 2010

Exmos. Senhores Accionistas
VICTORIA-Seguros de Vida, SA

Durante o exercício acompanhámos, nos termos legais e estatutários, da gestão e evolução dos negócios da **VICTORIA-Seguros de Vida, S.A.** tendo tomado conhecimento dos actos de gestão da Administração da Sociedade e verificado, em base de amostragem, os registos contabilísticos e os correspondentes documentos de suporte.

Como trabalho de fim de exercício procedemos à verificação da correcção das contas da Sociedade compreendendo o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, a Conta de Ganhos e Perdas (Conta Técnica e Não Técnica), as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício então findo e os respectivos Anexos.

Verificámos, igualmente, que os critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros e a que a Sociedade se encontra legalmente sujeita.

Do Conselho de Administração obtivemos sempre as informações e os esclarecimentos solicitados, o que nesta oportunidade agradecemos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, ambos sem reservas, com cujos teores concordámos.

Analisámos ainda o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual é esclarecedor da actividade da Sociedade neste exercício e satisfaz os requisitos legais e estatutários.

Em conformidade com o exporto, somos de parecer que a Assembleia Geral da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aprove:

a) O Relatório de Gestão e as Contas da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2010;
b) A proposta de aplicação dos resultados no Relatório de Gestão;
c) A gestão da Sociedade exercida em 2010 pelo Conselho de Administração.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Nesta oportunidade, manifestamos o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 24 de Março de 2011

O Conselho Fiscal

João de Lara Everard
(Presidente)

Fernando Valente Gaspar
(Vogal)

José António Almaça
(Vogal)